



APURAR OS CRIMES

Depois de um ano e quase 400 mil mortos, Senado instala CPI para investigar as responsabilidades de Bolsonaro na condução desastrosa da pandemia

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 26 de Abril de 2021 Nº 7

CINCO ANOS DO GOLPE: RETROCESSOS

Saída de Dilma abriu espaço a ataque direto aos direitos sociais e cortes ostensivos no Orçamento

PAÍS É PÁRIA NA AGENDA AMBIENTAL

Na Cúpula do Clima, governo mente ao apresentar dados sobre desmatamento dos tempos do PT

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

**em defesa da vida
e da democracia**

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cantagalo

Fundação
Maurício de
Lacerda

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

INSTITUTO
CIVIL DE
ESTUDOS

LAURO GAIFFOS E
MARIELLE FRANCO

FLU-AP

ASTROJILDO

Herbert Davis

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Luiz Caetano e Valter Pomar.

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Elói Pietá, Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime, Helena Abramo, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da Silva, Maria Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu Faria, Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Teresa Campello e Valmir Assunção.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

**SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS**

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

transmissão



DCM Forth

TV
247



ObservaBR
CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Acesse em fpabramo.org.br/observabr

CPI PARA INVESTIGAR OS CRIMES

Divulgação

SENADO. Humberto Costa diz que comissão terá provas contra Bolsonaro

ROTEIRO. Todos os indícios mostram que governo foi omissivo durante pandemia

CLIMA. Na reunião de cúpula, Bolsonaro mente e o Brasil passa vergonha

ARTIGO. Lula e Gleisi alertam que Brasil não pode ser um pária no mundo

JUSTIÇA. STF confirma que Sérgio Moro atuou fora da lei e de maneira parcial

GOLPE. Desde a saída do PT do governo, cortes nas áreas sociais viraram praxe

EMENDA. Rogério Carvalho garante recursos para o SUS emprego e microempresas

DILMA. Ex-presidenta diz que foi vítima de campanha misógina da grande mídia

SOLIDARIEDADE. PT arrecada alimentos para distribuir às famílias carentes

EDITORIAL

NEGACIONISMO AMBIENTAL

Aloizio Mercadante *



O negacionismo de Bolsonaro está na raiz da tragédia que se instalou em várias áreas da Nação. Um presidente que não acredita em evidências científicas é responsável pelo avanço descontrolado da pandemia, que mata quatro vezes mais pessoas que a média mundial, e também é responsável pelo desmonte da política de combate ao desmatamento e de proteção ambiental.

Há uma convergência científica internacional de que o aquecimento global está relacionado ao atual modelo de crescimento desequilibrado. E isso gera efeitos devastadores para o planeta, como alterações no regime hidrológico, aumento dos extremos climáticos e avanço do processo de desertificação. O alerta dos cientistas é que temos cada vez menos tempo para reverter esse processo. Em determinado momento, o aquecimento não será mais reversível, ameaçando todas as formas de vida na Terra.

Nesse aspecto, os olhos do mundo estão voltados para o Brasil, que tem papel decisivo na preservação ambiental. Somos o G1 da biodiversidade e o país com a maior extensão territorial sobre a principal floresta tropical do mundo: a Amazônia, decisiva para o clima e para o ciclo das chuvas do planeta.

Nos governos do PT, adotamos a estratégia de articular um novo padrão de desenvolvimento, que combinava medidas eficientes contra o desmatamento ilegal na Amazônia e outro conjunto de políticas públicas para fomentar a transição para a economia de baixo carbono. Esse exitoso esforço foi acompanhado de uma postura ativa e propositiva nos foros internacionais.

O Brasil passou a ser um dos principais protagonistas nas Conferências do Clima, notadamente na Rio+20 e COP-15. Assumimos metas voluntárias ambiciosas, como a redução de 36,1% a 38,9% das emissões de gases de efeito estufa e em 80% o desmatamento da Amazônia, que vinham sendo cumpridas antecipadamente ao prazo pactuado.

Mas, com a ascensão da extrema direita no mundo, Donald Trump retirou os EUA do Acordo de Paris e da mesa de negociação, atitude seguida de forma grotesca por Bolsonaro. Os desmandos do mandatário brasileiro não pararam por aí. Demitiu o presidente do Inpe, com extraordinária contribuição científica, Ricardo Galvão, desmontou mecanismos de fiscalização e controle do desmatamento e, recentemente, trocou o delegado da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, que acusou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de se aliar a madeireiras criminosas.

Bolsonaro tem seguido à risca a recomendação de Salles de "passar a boiada". O retrocesso resultou em recordes de queimadas e desmatamentos e no impedimento do Brasil acessar o Fundo da Amazônia, de cerca de R\$ 3 bilhões, financiados pela Alemanha e pela Noruega.

Ele foi um dos últimos a discursar na Cúpula do Clima, sem a presença dos anfitriões Joe Biden e Kamala Harris. Isso comprova o descrédito e isolamento internacional que o ex-capitão colocou o Brasil. Bolsonaro omitiu os dados desastrosos de sua gestão e usou indicadores de sucesso resultados do esforço, dedicação e seriedade dos governos do PT. Além disso, vendeu metas e promessas em um futuro distante, enquanto aprova o menor orçamento para a fiscalização do desmatamento dos últimos 20 anos.

É lamentável que o Brasil tenha se transformado de líder reconhecido na gestão ambiental e nas negociações climáticas a pária internacional. Será indispensável a reconstrução da imagem do país e dos avanços no controle do desmatamento, no enfrentamento do aquecimento global e na preservação do meio ambiente, mas temos força, competência e disposição para isso.

* Ex-ministro e presidente da Fundação Perseu Abramo.

ENTREVISTA | HUMBERTO COSTA (PT-PE)

“Todo mundo tem responsabilidade nessa história”, aponta o senador pernambucano. “A conduta do governo com relação ao problema da vacina foi equivocada, de descaso. E isso em 2020”



“BOLSONARO ATUOU CRIMINOSAMENTE”

Integrante da CPI da Covid pelo PT, o ex-ministro da Saúde diz que a comissão terá as provas de que o presidente foi omissivo e atuou para acelerar a propagação da pandemia

Médico, Humberto Costa defende que a CPI ouça os ministros responsáveis pela gestão da crise – os atuais e os demitidos – como o General Eduardo Pazuello, Nelson Teich e Henrique Mandetta.

Por Pedro Camarão

O Brasil vive uma tragédia sem precedentes. Quase 400 mil pessoas já foram mortas pelo coronavírus e não há sinais de que o governo federal tenha sequer a intenção de trabalhar para conseguir algum tipo de controle sobre a disseminação da doença. Nesse cenário desesperador, surge a CPI da Covid no Senado, que tem como objetivo investigar as causas do caos instaurado no Brasil e a aplicação de verbas da União por governadores e prefeitos.

O senador Humberto Costa (PT-PE), integrante titular da comissão, afirma que o trabalho da CPI pode levar ao impeachment de Jair Bolsonaro. Em entrevista à revista Focus, o ex-ministro da Saúde no governo Lula fala so-

bre os erros que o governo federal vem cometendo desde o início da pandemia. É sobre essa conduta lesiva e omissiva que devem se debruçar os 11 integrantes da CPI nesta primeira fase de trabalho. Senador experiente e acostumado aos embates no Senado, Humberto avalia que o Planalto não deve conseguir atrapalhar as investigações.

Na entrevista, o senador afirma que a CPI pode ajudar o Brasil pressionando o governo a tomar medidas para controlar a pandemia. “Esse governo só funciona quando pressionado”, aponta. Sobre a demora na compra de vacinas, o parlamentar acredita que este tema será um capítulo à parte nos trabalhos da comissão.

Humberto Costa foi criador de importantes iniciativas no reforço da saúde pública enquan-

to esteve à frente do ministério, no governo Lula. Foi ele quem criou a Hemobrás, Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, a primeira rede pública de Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário, a Brasilcord, e também o Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Entusiasta da saúde pública universal para todos, Humberto é um duro crítico do governo federal e tem denunciado as manobras e esvaziamento de recursos para a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS). É implacável com o discurso negacionista de Bolsonaro e o comportamento do presidente provocando aglomerações. Ele quer que a CPI se debruce também sobre estes problemas. Nas páginas seguintes, trechos da entrevista.

Focus - O senhor acredita que a CPI, da maneira como está sendo formada, pode sofrer interferência do governo?

Humberto Costa - Primeiro, eu acho que a CPI pode cumprir um papel muito importante para o país e para nossa democracia e a própria política de saúde. A julgar pelas manifestações de estudiosos, de cientistas, de instituições e autoridades sanitárias, essa pode ser a primeira de uma série de emergências sanitárias no mundo. Então, aprender com os erros e os acertos que a gente teve no Brasil e fora do país pode ser muito importante para enfrentarmos outras emergências sanitárias que podem advir.

Em segundo lugar, é importante dar uma resposta às quase 400 mil famílias que perderam parentes e aos milhares de órfãos que perderam os pais. O Brasil tem que dar uma resposta e dizer de quem é a responsabilidade por isso tudo que aconteceu no nosso país.

Outra coisa relevante é que nós também estamos colocando à prova nossa legislação sanitária. Será que ela está adequada para enfrentar situações como essa? Será que há buracos e a gente precisaria tentar melhorar isso?

Então, a CPI também pode apresentar no seu relatório uma série de sugestões talvez pra gente tornar mais rígidas as penas para quem comete crime contra a saúde pública. Então, essas coisas todas são relevantes. Também é importante lembrar que este governo só trabalha à base de pressão. Então, se a CPI pode ser um instrumento de pressão, quem sabe algumas coisas relevantes ainda podem ser feitas pra gente minimizar a tragédia que já existe e está se avizinando para ser

maior. A CPI pode cumprir todos esses papéis.

Focus - As suspeitas de que a gestão da saúde pelo governo poderia ter evitado o agravamento da crise.

Humberto Costa - Isso mesmo. Obviamente, do ponto de vista político ela pode mostrar claramente a gestão temerária não só

A CPI, AO FINAL, VAI PODER DEIXAR A NU O QUE ESSE GOVERNO FEZ. VAI APRESENTAR PROVAS DOS INÚMEROS CRIMES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

da pandemia, mas da política que esse governo executa. Acho que hoje o principal objetivo e a principal receita para melhorar a vida do povo brasileiro é criar as condições para Bolsonaro sair ou ser retirado pela eleição.

Focus - Há sinais claros de que o governo vai pressionar a CPI...

Humberto Costa - Obviamente que o governo vai tentar por todas


as maneiras impedir, atrapalhar [o trabalho da CPI]. Já fez isso. Quando a CPI obteve o número mínimo de assinaturas para funcionar, ele tentou retirar assinaturas e não conseguiu. Depois que as assinaturas foram obtidas, tentou matar por inanição a CPI, contou com a ajuda do presidente do Senado [Rodrigo Pacheco (DEM-MG)] e continuou pressionando pela retirada de assinaturas.

Depois que o Supremo determinou ao presidente do Senado para instalar a CPI, novamente foram para cima dos senadores para tentar retirar as assinaturas e não conseguiram. Isso significa que eles [o governo] não estão tendo facilidade para conseguir "melar" a CPI. E agora o que eles estão fazendo é exatamente isso, querendo impedir que a CPI cumpra o seu papel.

Focus - O Planalto não aceita os nomes escolhidos para dirigir os trabalhos da CPI.

Humberto Costa - O presidente e seus apoiadores entraram nessa discussão para interferir na escolha do presidente [Omar Aziz, senador pelo PSD do Amazonas] e do relator [Renan Calheiros, senador pelo MDB de Alagoas]. Estão fazendo uma pressão terrível, inclusive, por meio de rede social, ação na Justiça, porque temem o que a CPI pode produzir em termos de leitura do que tem sido o papel do governo nesse enfrentamento à Covid-19.

E eu acho que a CPI, ao final, vai poder deixar a nu o que esse governo fez. Vai apresentar provas de inúmeros crimes de responsabilidade cometidos por esse governo. Sem dúvida, pode contribuir até mesmo para a concretização de um processo de impeachment no Brasil.



**BOLSONARO TENTOU
DESACREDITAR A
VACINA DIANTE DA
POPULAÇÃO, FEZ DISPUTA
POLÍTICA IDEOLÓGICA,
ESPECIALMENTE, EM
RELAÇÃO À VACINA
PRODUZIDA PELA CHINA.
HOJE, POR IRONIA DO
DESTINO, 90% DE QUEM
SE VACINOU, SE VACINOU
COM A CORONAVAC**

Divulgação

Focus - Quais devem ser os primeiros passos dessa CPI e as prioridades?

Humberto Costa - Acho que o primeiro passo deveria ser ouvir os atuais titulares das áreas-chave desse governo. Por quê? Porque a pandemia continua, não vai acabar de uma hora para outra e o que a gente puder salvar agora é importante. Então, defendendo que a gente comece ouvindo o atual ministro da Saúde para ele dizer o que está fazendo para conseguir vacina, para conseguir "kit intubação", para garantir leito hospitalar, para garantir que sejam tomadas medidas que juntamente com a vacina possam estancar a pandemia aqui no nosso país.

Também precisa ouvir o presidente da Anvisa para que ele explique o que está acontecendo: porque algumas vacinas rapidamente são aprovadas e

outras demoram. O tratamento que está sendo dado para a Sputnik V, por exemplo, é o adequado ou não? Porque a Anvisa não agiliza a parte dela, visita a Rússia, conhece a fábrica e diz se ela tem condição de receber um certificado de boas práticas e fazer avançar? Até porque é uma vacina que tem a possibilidade de ser aplicada de imediato. São 47 milhões de vacinas compradas [da Sputnik]: 37 milhões pelos governos estaduais e 10 milhões pelo governo federal.

E também a CPI deve ouvir o novo ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, para saber o que o Brasil está fazendo em termos de relacionamento internacional. O que mudou? O que pode nos garantir vacina, insumos e apoio? Além disso, qual a posição do Brasil frente a uma questão fundamental: a luta para que tenhamos a suspensão da

validade das patentes de vacinas para garantir que o mundo inteiro possa ter acesso?

Eu acho que deve começar por aí, depois devemos ouvir o pessoal da academia para fazer uma leitura científica do que é a pandemia, de como ela está sendo enfrentada mundo à fora e para emitirem opinião sobre a condução aqui no Brasil. Depois disso vamos pra cima das investigações. Eu penso assim. A gente pode ouvir os ministros da Saúde do governo Bolsonaro, de antes do governo Bolsonaro, todo mundo que tem responsabilidade com essa história.

Focus - Investigações de outros órgãos como TCU e MPF, podem ter as informações solicitadas pela CPI?

Humberto Costa - Sim. Uma das atribuições que a CPI tem é



Divulgação/Twitter/Ernesto Araújo

requisitar documentos e informações. Ainda não tive a oportunidade de ler nem o resumo dessa investigação do TCU, mas pelas informações que tenho recebido parece que é um estudo muito completo, uma investigação muito aprofundada que tem muitos elementos que podem nos ajudar a desenvolver a investigação aqui na CPI. Então, vamos trabalhar fortemente para ter acesso, utilizar essas informações e aprofundar essas investigações.

Focus - O senhor acha que essa composição da CPI vai permitir que se trabalhe com tranquilidade nesse sentido?

Humberto Costa - Eu acredito que sim. Todos são pessoas experientes, que têm uma posição de independência. Eu me refiro pelo menos aos sete com quem tenho maior relacionamento. Eu acho que nós vamos ter condição de apresentar um relatório de boa qualidade. E acredito que vamos conseguir impedir que os bolsonaristas tentem "melar" a CPI. Há um grau de unidade entre uma parcela majoritária da CPI. O Brasil precisa ter respostas a essa

condução danosa que foi dada ao enfrentamento à pandemia. São pessoas que não vão se dobrar a pressões, na minha avaliação. Então, acredito que essa unidade em torno disso pode nos ajudar a ter um resultado positivo ao final.

Focus - Como o senhor enxerga a demora para a aquisição de vacinas? A CPI pode trabalhar em cima disso?

Humberto Costa - Com relação às vacinas, o governo se recusou a assinar contrato com a Pfizer para a compra adiantada de 70 milhões de doses ainda no ano passado. Isso porque tinha uma série de críticas às condições que a empresa pedia. Mas, no mês passado, o Planalto, finalmente, assinou contrato com a Pfizer para a compra de 13,51 milhões de doses para o segundo trimestre de 2021 e outras 86,48 milhões de doses para o terceiro trimestre. E aceitou todas as condições que antes haviam sido criticadas. Isso vai ser um ponto específico de investigação.

A vacina funciona como uma luz no fim do túnel nesse enfrentamento à pandemia. Ela sozinha não vai dar conta de estabelecer

NEGACIONISMO

Os ex-ministros Eduardo Pazuello (Saúde) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) posam com carga da Covax. Humberto Costa lembra que Brasil poderia ter comprado o suficiente para vacinar metade da população brasileira e adquiriu apenas 10%. "Tudo porque seguia a política de Trump de desmoralizar e de esvaziar a OMS"

o controle da pandemia, pelo menos no curto prazo. Mas é fundamental e sem ela o controle não vai acontecer. A conduta do Brasil com relação ao problema da vacina foi equivocada, de descaso.

No início, tentou-se desacreditar a vacina diante da população, fazer disputa política ideológica, especialmente, em relação à vacina produzida pela China. Hoje, por ironia do destino, 90% de quem se vacinou, se vacinou com a Coronavac. É a vacina chinesa que tem garantido ao Brasil ter pelo menos esse nível de imunização.

Nós vamos mostrar que o governo agiu de forma omissa nesse aspecto. O Brasil teve oferta de mais de 700 milhões de doses de vacina e só veio adquirir uma quantidade um pouco mais expressiva recentemente, depois de toda a pressão que a opinião pública fez.

O país podia ter adquirido 70 milhões de doses da vacina da Pfizer e já podia começar a vacinar em dezembro de 2020. Podia ter encomendado mais cedo e em uma maior quantidade as vacinas da Coronavac. Poderia ter comprado desde cedo vacina da Jansen, inclusive, porque essa vacina foi testada aqui no Brasil. A terceira fase dela também foi feita no país e isso nos dava uma prioridade de compra e nem isso o governo utilizou.

No consórcio internacional que é o Covax Facility, o Brasil poderia ter comprado o suficiente para vacinar metade da população brasi-

leira e comprou apenas 10%. Tudo porque seguia a política de Trump de desmoralizar e de esvaziar a Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse cenário das vacinas vai ter que ser uma investigação à parte que é uma das ações mais temerárias do governo.

Focus - A retórica negacionista do presidente da República pode ser alvo da CPI? É possível dizer que ele cometeu crime ao falar porque incentivou durante muito tempo a desorganização?

Humberto Costa - A nossa principal tese é de que Bolsonaro mais do que ser negacionista, atuou buscando um objetivo. Colocaram na cabeça dele que a melhor maneira de enfrentar a pandemia era permitir que o vírus se disseminasse e contaminasse a maior quantidade possível de pessoas em um espaço de tempo mais curto. Isso geraria imunidade para essas pessoas. E, por fim, terminaria acontecendo uma imunidade coletiva natural, aquilo que chamam de "imunidade de rebanho". Algo que vale para algumas doenças leves que de fato você consegue uma imunidade consistente para as pessoas.

Mas não é este o caso da Covid-19. No Amazonas, por exemplo, poucos meses depois de o vírus ter se disseminado e acometido muita gente, as pessoas que foram testadas já não tinham anticorpos para enfrentar o vírus. A atitude de Bolsonaro foi disseminar o vírus para obter essa "imunidade de rebanho".

Todas as atitudes de Bolsonaro corroboram com isso. Não usar máscara, sabotar as medidas de isolamento social que os Estados e municípios toma-

ram, fazer aglomerações, estimular essas aglomerações. Há um estudo de cientistas da USP que defende essa tese de que Bolsonaro implementou uma política de favorecer a disseminação do vírus com o objetivo de produzir essa "imunidade de rebanho".

Só que a Covid-19 é uma doença que cursa com sintomas graves, muitas vezes necessita

BOLSONARO QUIS FAVORECER A DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS COM O OBJETIVO DE CHEGAR À "IMUNIDADE DE REBANHO". ISSO FOI UM ERRO

de atendimento hospitalar, outras vezes até mesmo de unidades de terapia intensiva. É uma doença sistêmica que ataca o corpo inteiro, deixa sequelas importantes e causa centenas de milhares de mortes, como estamos vendo.

O Brasil tem quase 400 mil pessoas mortas no dia de hoje e pode chegar a 500 mil em um mês. Isso não é pouca coisa. Isso não é um fato natural. Decorre do tipo de enfrentamento

que o governo decidiu utilizar. Eu entendo que nós vamos, sim, procurar constatar a veracidade dessa tese e, se ela for constatada, isso significa que o governo promoveu um crime doloso grave: um verdadeiro genocídio.

A maior parte das vítimas é composta de pessoas excluídas da nossa sociedade, os mais pobres, os negros, as mulheres. Essa doença termina aprofundando uma realidade de desigualdade existente no nosso país e que só tem se aprofundado desde que o PT deixou de governar o Brasil.

Focus - Como conhecedor da estrutura do Ministério da Saúde, do SUS, quais os erros o governo brasileiro cometeu no enfrentamento do coronavírus?

Humberto Costa - Foram muitos erros. A condução do Brasil foi desastrosa. Primeiro, subestimou a importância e a gravidade dessa doença. Segundo, politizou algo que tinha que ser tratado com critérios técnicos e fundamentado em estudos científicos. Ou seja, sabotou todas as medidas que tinham caráter preventivo que deram certo mundo à fora.

O governo sabotou as ações de governadores, de prefeitos. E, com isso, fez com que o enfrentamento a essa doença não tivesse um comando central. O governo federal deveria ter sido o grande coordenador desse processo e deixou à própria sorte governadores, prefeitos, secretários de Saúde. Eles tiveram que, isoladamente, desarticuladamente, tentar dar respostas a um problema que é nacional.

O governo federal não utilizou adequadamente a estrutura do SUS. O SUS, por exemplo, tem uma área de atenção básica à saúde que é fundamental: o programa de saúde da família, o programa Mais Médicos. Isso não foi usado de forma adequada. O governo não se preparou para ter insumos necessários para o enfrentamento da pandemia.

O Brasil foi um dos países que menos testou, foi um dos países que não adquiriu equipamentos de proteção individual para os trabalhadores da saúde em quantidade adequada. Por isso, o Brasil é um dos países do mundo que tem o maior número de profissionais da saúde adoentados e mortos. Não teve um planejamento para ampliar rapidamente o número de leitos hospitalares, de UTI. E isso estou falando desde a gestão do ministro Luiz Henrique Mandetta. Não estou falando só de agora, não.

Focus - A falta de testes desde o início demonstrou a falta de foco do governo...

Humberto Costa - Muita gente morreu no Brasil à procura de um leito de UTI. O governo não avançou para testar a população e essa foi uma estratégia que deu certo em muitos países. Testar e isolar. É o caso da China. A China está crescendo esse ano mais de 18% o PIB porque controlou rapidamente a pandemia - e não controlou com vacina. A vacinação na China ainda está muito lenta, mas praticamente não se tem casos de Covid-19 porque eles fizeram o controle a partir dos critérios epidemiológicos. E isso foi uma coisa fundamental. O Brasil não teve teste para fazer esse tipo de coisa.

Focus - Faltou dinheiro ao governo?

Humberto Costa - Não. É o contrário. A coisa mais relevante que o Brasil não fez, diz respeito às vacinas, né? Um país que negligenciou a importância das vacinas apesar de ter dinheiro. O Congresso Nacional aprovou mais de R\$ 20 bilhões para compra de vacina. Isso é mais do que suficiente. O governo ficou criando pretextos para não comprar a vacina. Chegou ao ponto de não comprar porque dizia que as exigências das em-

O CONGRESSO APROVOU MAIS DE R\$ 20 BILHÕES PARA A COMPRA DE VACINAS. E O GOVERNO FICOU CRIANDO PRETEXTOS PARA NÃO COMPRAR

presas eram draconianas, sendo que a Inglaterra aceitou, a União Europeia aceitou, outros países aceitaram e aqui na hora que o governo quisesse poderia aceitar porque o Congresso Nacional, só neste ano, foi instado a aprovar um projeto de lei que eximia de responsabilidade os laboratórios. Isso poderia ter sido feito lá no ano passado, no mês de julho, agosto, sem problema nenhum. Isso também foi muito grave.

Focus - O governo não acreditou em isolamento social.

Humberto Costa - Ninguém consegue controlar uma pandemia se você não garante as condições mínimas para as pessoas fazerem o isolamento social. E nisso aí o governo também fracassou intensamente. O auxílio emergencial foi curto, agora foi retomado três meses depois. Essa retomada num valor extremamente menor e atingindo um número expressivamente menor do que aquele que foi atingido no ano passado.

A população está vivendo na pobreza, uma parcela significativa passando fome, sem emprego, a desigualdade se aprofundando e isso não ajuda ninguém a enfrentar uma pandemia com a dimensão que essa tem.

Além do fato de que o governo além de não ajudar a fazer o que é certo, fez questão de promover o que é errado. Mandou dar medicamentos que não tem qualquer indicação fundamentada para Covid-19 gerando problemas de efeitos colaterais graves para essa população.

Focus - O balanço que o senhor faz não é bom.

Humberto Costa - Vamos realmente fazer uma avaliação muito negativa do que foi a gestão desse governo na pandemia. E eu lamento apenas que nós não estejamos no governo federal porque eu tenho certeza de que teríamos dado um outro tipo de tratamento. A realidade do Brasil seria hoje completamente diferente. Com certeza, já estaríamos avançando para a retomada consistente da economia do país e não teríamos, com toda certeza, essa mortandade que estamos vendo no Brasil hoje. Bolsonaro se mostrou o presidente errado para liderar o país na mais grave crise sanitária dos últimos 100 anos. •

CPI É OPORTUNIDADE DO SENADO PARA SALVAR VIDAS

Agora é hora do Parlamento reafirmar o seu papel central como instituição responsável pela fiscalização das ações do governo. O país conta quase 400 mil mortos e tem mais de 14 milhões de contaminados. É hora de retomar o crescimento

Por Paulo Rocha *

No Brasil, a Covid-19 já está para ultrapassar a terrível marca de 400 mil mortes, com mais de 14 milhões de pessoas acometidas pela doença. Estamos transbordando para atingir as piores taxas de desemprego nos últimos anos. Hoje, o Brasil ocupa a trágica segunda posição em mortes agregadas e está no Top 15 dos países com as maiores altas de mortalidade por 100 mil habitantes, conforme dados oriundos do jornal americano *Washington Post*.

Diante do cenário caótico que vivemos, diversas instituições, como o Tribunal de Contas da União (TCU), apresentam evidências robustas sobre o governo, a omissão e o negacionismo conduzido pelo presidente Jair Bolsonaro. Por isso, o Senado Federal precisa reafirmar agora o seu papel central como instituição responsável pela fiscalização das ações do governo, instaurando a CPI da Pandemia.

Ouvindo as vozes das ruas, das periferias, dos campos e dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil, o Senado fará uma investigação sobre a política genocida incitada por Bolsonaro.

A CPI da Pandemia - ou a CPI da Covid, ou do Genocídio - apontará para diversas frentes de ação. Em primeiro lugar, vai



Alessandro Dantas

COMPROMISSO É COM O DIREITO À VIDA, COM OS DIREITOS DO POVO E EM DEFESA DO SUS

apurar as atrocidades e omissões chanceladas pelo governo, atribuindo responsáveis pela operação e coordenação da política desastrosa de combate à pandemia, inclusive a demora para aquisição de vacinas e a falta de oxigênio e medicamentos em hospitais.

Depois, poderá averiguar o desrespeito às recomendações internacionais de manejo à Covid-19 e analisar as ações propostas pelo governo em contraponto

aos entraves identificados pelos estados, municípios e o Distrito Federal - ausência de uma política para distanciamento social e do uso de máscaras, inexistência de coordenação federal, entre outros.

Por fim, a CPI buscará dar uma resposta concreta, factível e fundamentada na ciência sobre o combate à Covid-19, que atenda aos anseios da sociedade. O povo brasileiro espera isso do Senado, apontando responsabilidades, apurando crimes e apontando soluções.

A bancada do PT atuará com nossos senadores comprometidos com o direito à vida, com os direitos do nosso povo e pela defesa do SUS. O senador Humberto Costa (PT-PE), membro titular da comissão, é médico com história de luta pelo direito à saúde e foi ministro da Saúde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE), suplente, também médico e defensor do SUS, tem experiência e importante atuação na gestão do SUS no estado de Sergipe e no Ministério da Saúde. Nossa bancada atuará para que a CPI atinja o seu objetivo central: salvar vidas, retomar o crescimento econômico e zelar pela democracia.

* Senador pelo estado do Pará, é líder do PT no Senado da República.



BOLSONARO MENTE NA CÚPULA DO CLIMA

No encontro virtual com líderes globais, a convite do americano Joe Biden, o Brasil passa vergonha internacional. Líder da extrema direita nacional distorce dados, faz promessas vazias e apresenta dados de queda do desmatamento da época dos governos Lula e Dilma

Era para ser um encontro em que o país ajudaria a criar consensos para retomar o debate em alto nível sobre a necessidade da comunidade internacional conter as emissões de carbono e mitigar os danos provocados pelas mudanças climáticas. Afinal, o Brasil sempre foi líder na agenda climática e a reunião da cúpula global, com a presença de mais de 40 chefes de Estado e de governo, convocada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, seria mais uma oportunidade para o presidente e a diplomacia tupiniquim exercerem sua reconhecida competência para estabelecer um diálogo franco e aberto com outros líderes. Não foi o que aconteceu.

O problema é que o Brasil não tem um Lula da Silva ou uma Dilma Rousseff no comando da Nação. Quem protagonizou pelo Brasil o encontro da Cúpula Glo-

bal do Clima, que começou na quinta-feira, 22, foi o líder negacionista Jair Messias Bolsonaro. O país passou vergonha. O atual presidente não conseguiu convencer ninguém de que tem compromisso com a redução dos gases de efeito estufa ou que vai ajudar a reduzir o desmatamento. Além disso, ao se dirigir à comunidade internacional de pires na mão, mostrou que não tem sequer um plano factível. Ao falar de meio ambiente, Bolsonaro apenas reafirmou a meta estabelecida por Dilma em 2015.

Depois de dois anos estimulando queimadas na Amazônia, demitindo cientistas pela divulgação de dados sobre o desmatamento das florestas tropicais e mantendo à frente do Ministério do Meio Ambiente um defensor de madeireiros, Jair Bolsonaro conseguiu constranger o país, os líderes políticos e a sociedade brasileira ao tentar demonstrar

que se preocupa com a preservação dos biomas nacionais. Ao falar na Cúpula do Clima, Bolsonaro assumiu o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal até 2030. Isso quando o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia registrou, no mês passado, um novo recorde no desmatamento. Em apenas um ano, o país aumentou a derrubada de árvores em 216%. “O presidente Jair Bolsonaro mentiu deslavadamente”, criticou o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA). “Na Amazônia, o principal sistema de proteção, o Sipam, teve o pior repasse em 13 anos em 2020”.

Outros dirigentes do PT também reagiram acusando Bolsonaro de usar conquistas dos governos petistas para exaltar a queda do desmatamento, deixando de lado que o problema voltou na sua gestão. “Ele ainda disse ter fortalecido órgãos de controle. É mentira!”, advertiu Rocha.

“É decepcionante”, lamentou o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Jaques Wagner (PT-BA). “Enquanto outros países se comprometem com avanços na área ambiental, o presidente apresenta discurso sem conteúdo e compromisso com o Meio Ambiente. Fala de ações que não são do seu governo e nega o desmatamento recorde que estamos tendo”.

No encontro, Bolsonaro também defendeu a ajuda financeira por parte de países mais ricos para que nações como o Brasil possam preservar seus recursos naturais. O Brasil pleiteia agora um apoio internacional no valor de US\$ 1 bilhão para se comprometer a preservar a Amazônia. É uma reviravolta. Nem parece o mesmo governante que esnobou a ajuda em 2019, depois que Alemanha e Noruega suspenderam o repasse de quase R\$ 190 milhões para o Fundo Amazônia, justamente em razão do forte desmatamento que o governo promoveu.

O líder do PT na Câmara, deputado Bohn Gass (RS), lembra que até o mês passado, o ministro das Relações Exteriores do Brasil espalhava bravatas e dizia em alto e bom som na cara de diplomatas e da mídia internacional que não acreditava em aquecimento global - repetindo o mantra do ex-presidente dos EUA Donald Trump. “Bolsonaro disse que o Brasil está na vanguarda do combate ao aquecimento global. Ora, até ontem, quem falava pelo Brasil no exterior era Ernesto Araújo”, ironizou.

“Bolsonaro mente a todas as Nações do mundo na Cúpula do Clima”, denunciou o deputado Alexandre Padilha (PT-SP). “Pintou um Brasil que não existe e fingiu preocupar-se com nossos recursos

NEW YORK TIMES DESTACOU QUE AS PROMESSAS DE BOLSONARO DIFICILMENTE VÃO REPARAR O SEU HISTÓRICO DE “CANALHA AMBIENTAL”

naturais. Sabemos o que tem por trás de sua máscara: apenas mentiras, boiada e mortes”.

Sem Donald Trump para dar guarida à sua sanha destruidora, Bolsonaro apelou a medidas adotadas pelo Brasil durante os governos Lula e Dilma. Para posar de comprometido com o meio ambiente, afirmou o compromisso de de cortar emissões de gás

carbônico em 37% até 2025 e em 43% até 2030. A meta foi estabelecida pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, na Cúpula do Clima de Paris. Na época, o mundo não tinha dúvidas de que o Brasil o cumpriria. Porém, após o Golpe de 2016, a capacidade do país de entregar o que prometeu passou a ser questionada.

Ninguém acredita em Jair Mesias Bolsonaro. Na edição de quinta-feira, 22, o jornal *The New York Times* destacava, com chamada na primeira página, que a promessa repentina de Bolsonaro de proteger a Amazônia dificilmente vai reparar o seu histórico de “canalha ambiental”. O jornal bate duro: “Sob a supervisão de Bolsonaro, o desmatamento na floresta amazônica, de longe a maior do mundo, atingiu o nível mais alto em mais de uma década”.

Bolsonaro passou a ser alvo, no início da semana, de denúncias movidas por dezenas de celebridades internacionais, incluindo os atores Leonardo DiCaprio, Jane Fonda e Joaquin Phoenix, que pediram a Biden que se abstenha de assinar qualquer acordo ambiental com o líder negacionista brasileiro. Uma carta aberta assinada por artistas alertaram para a política de

Taxa de desmatamento na Amazônia Legal

Desmatamento em mil km²/ano





Roberto Stuckert Filho

COMPROMISSO Dilma faz seu discurso de abertura da Assembléia Geral da ONU, em Nova York, em 2015. Ela e Lula construíram o caminho para Brasil sediar a Rio+20 e influenciar debates que resultaram no Acordo de Paris

destruição promovida pelo governo brasileiro, que vem não apenas ampliando o desmatamento das florestas tropicais como tem avançado sobre terras dos povos indígenas. A carta é apoiada por vários grupos sem fins lucrativos, incluindo a AmazonWatch.

“Instamos seu governo a ouvir seu apelo e não se comprometer com nenhum acordo com o Brasil neste momento”, diz a carta. “A integridade deste ecossistema crítico está se aproximando de um ponto crítico devido ao aumento das ameaças à floresta tropical e seus guardiões indígenas pelo governo Bolsonaro, incluindo desmatamento, incêndios e ataques aos direitos humanos”.

A participação de Bolsonaro vai na contramão dos outros líderes políticos. Na reunião de quinta-feira, Biden, por exemplo, declarou que os EUA “resolveram agir” sobre a mudança climática e que aumentaria substancialmente o dinheiro que oferece aos países em desenvolvimento

para resolver o problema. Ele prometeu formalmente que os EUA cortarão suas emissões pelo menos pela metade em relação aos níveis de 2005 até 2030. Seu governo também anunciou que pretende dobrar até 2024 a quantidade de dinheiro que oferece para ajudar os países em desenvolvimento, em comparação com o que os Estados Unidos gastaram anualmente na segunda metade do governo Obama.

Apenas três meses após chegar à Casa Branca, Biden mostrou um comportamento contrastante com Trump, seu antecessor, que não apenas negava a ciência tal qual Bolsonaro, como chegou a declarar que não há provas de que o aquecimento global exista. “Os sinais são inconfundíveis, a ciência é inegável e o custo da inação continua aumentando”, disse Biden.

As promessas de Bolsonaro não comoveram a opinião pública internacional. Logo depois do pronunciamento do líder brasi-

leiro, o *New York Times* reiterava que a promessa foi recebida com “extremo ceticismo”. Embora não tenha pedido explicitamente na quinta por financiamento em troca da redução do desmatamento, em carta no da semana Bolsonaro disse a John Kerry que o Brasil “merece ser compensado de forma justa pelos serviços ambientais que seus cidadãos fornecem o planeta”.

Ele também apontou o dedo para os países mais desenvolvidos, acusando-os de terem promovido a queima de combustíveis fósseis por décadas, ressaltando que o Brasil é responsável por apenas 1% das emissões globais de gases de efeito estufa. Apesar das promessas, as desconfianças continuam. O chefe do Observatório do Clima, organização de proteção ambiental brasileira, Marcio Astrini, adverte que Bolsonaro quer dinheiro novo sem restrições reais, mas coloca o pé atrás: “Este não é um governo confiável”. •



Ricardo Stuckert

OUTROS TEMPOS Lula discursa na sede das Nações Unidas, quando o país era um dos principais articuladores da agenda verde nos fóruns internacionais. Com Bolsonaro, desmatamento aumentou e o país perdeu o respeito

BRASIL DEVE SER PROTAGONISTA E NÃO UM PÁRIA NA AGENDA DO CLIMA

País há de voltar ao convívio das Nações como parceiro atuante na questão ambiental e climática. Esta é a nossa vocação e já mostramos do que somos capazes

Por Luiz Inácio Lula da Silva e Gleisi Hoffmann *

A iniciativa do presidente Joe Biden de reunir a Cúpula de Líderes sobre o Clima é coerente com o primeiro ato de seu governo, que foi o retorno dos Estados Unidos ao Acordo de Paris, encerrando um período de negacionismo científico e de isolacionismo político que ameaçava a todos. São gestos que nos fazem retomar a esperança no diálogo, na razão e no futuro da humanidade.

O Brasil foi até recentemente um dos portadores dessa esperança. Está viva na memória a

Conferência de Copenhague, em 2009, onde apresentamos metas voluntárias, ambiciosas e factíveis de redução da emissão de gases. Estão registrados os avanços que realizamos na preservação da Amazônia, no combate ao desmatamento e às queimadas e na geração de energia limpa, quando o governo brasileiro estava realmente comprometido com o ambiente.

Infelizmente, para nós e para o mundo, é bem diferente a situação em que nosso país se encontra hoje e a maneira como é visto pela comunidade internacional.

O Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia registrou em março novo recorde no desmatamento, de 216% a mais em relação a março de 2020. É o resultado de uma política de destruição que envergonha os brasileiros e ameaça o planeta; um legado trágico que haveremos de superar pela via da democracia.

O Brasil há de voltar ao convívio das nações como um parceiro atuante na questão ambiental e climática, porque esta é a nossa vocação e porque já mostramos do que somos capazes. Entre 2004 e 2015, por exemplo, reduzimos em

79% o ritmo de desmatamento da Amazônia. Criamos 59 milhões de hectares de áreas de proteção de florestas e dos povos que nelas habitam. Foi o que nos credenciou à cooperação soberana com outros países, como Alemanha e Noruega, no Fundo Amazônia.

Defendemos o princípio da responsabilidade comum e compartilhada em relação ao meio ambiente, mas sempre proporcional aos recursos de cada país. Não se pode cobrar de países excluídos historicamente da acumulação de riqueza, à custa da degradação ambiental, o mesmo preço devido pelos que dela se aproveitaram. Não há que sujeitá-los a pressões econômicas nem abandonar os mais frágeis frente às mudanças.

É de maneira soberana, portanto, que o Brasil poderá e deverá voltar a participar deste esforço comum. Sem transigir com sua responsabilidade nem com o potencial humano, natural, tecnológico e econômico para enfrentar a crise. Dando o exemplo. Como protagonista e não como pária.

A cúpula se realiza num momento especialmente grave, em

BATEMOS NOVO RECORDE DE DESMATAMENTO: 216% A MAIS QUE 2020. É RESULTADO DA POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO QUE ENVERGONHA O PAÍS

que a emergência climática e a pandemia de Covid-19 estão diante de nós como um alerta dramático. Tanto o aquecimento global como o surgimento de um vírus novo e mortal são respostas da natureza às agressões continuadas do ser humano. A natureza está nos avisando para mudar —e mudar urgentemente, ou não haverá para nossos filhos e netos o planeta que nossas gerações conheceram.

A mesma urgência que orienta a cúpula climática é absolutamente

necessária para uma tomada comum de responsabilidades frente à pandemia. Está claro que também sobre essa emergência não haverá saídas isoladas; que nenhum país estará a salvo se todos não estiverem protegidos.

Infelizmente, também nesse ponto o atual governo do Brasil jamais atuou de maneira responsável. Nosso povo sofre a maior tragédia de sua história, e o país é visto como ameaça global. Isso não nos impede, ao contrário, de renovar o chamado aos líderes mundiais para uma ação comum para tornar os meios de enfrentar a pandemia acessíveis a todos, ricos e pobres.

Vacinas, testes e medicamentos contra a Covid-19 devem ser considerados bens da humanidade. Os trilhões que salvaram o sistema financeiro na crise iniciada em 2008 devem agora salvar vidas humanas. E o FMI não pode exigir mais sacrifícios de países que enfrentam a crise com recursos limitados.

Mobilizações como esta cúpula reacendem nossa fé no futuro e no aprofundamento do diálogo democrático, em direção da paz e da igualdade entre os povos. •

QUEDA RECORDE NO DESMATAMENTO COM LULA E DILMA

Nos 14 anos de governos do PT, o Brasil conseguiu conservar a natureza, reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento econômico. O meio ambiente foi uma área fundamental para explicar o êxito dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que ganharam prestígio no mundo e passaram a ser vozes respeitadas na comunidade internacional.

A partir de 2005, a taxa de des-

matamento da Amazônia começou a cair acentuadamente e se manteve baixa até o final do governo Dilma. De 2004 até 2016, o Brasil reduziu em 71% a devastação da floresta, aliando a fiscalização intensa ao oferecimento de incentivos e alternativas econômicas às populações locais. Foi possível impedir o comércio da madeira retirada ilegalmente e estimular atividades que não causassem danos significativos ao meio ambiente.

Diversos programas foram implementados para incentivar as populações locais a conservar a fauna e a flora. A Operação Arco Verde Terra Legal, por exemplo, levou alternativas sustentáveis a

43 municípios da Amazônia que respondiam, em 2009, por 53% do desmatamento na região. Foram investidos R\$ 317 milhões no financiamento de atividades de agricultura e pecuária. Com isso, houve redução de 23% no desmatamento nesses municípios.

O respeito alcançado pelo Brasil como porta-voz da agenda ambiental levou o país a sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. O objetivo da conferência foi a renovação do compromisso das Nações com o desenvolvimento sustentável. •



COM PT, BRASIL FOI VOZ ATIVA NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL

Lula e Dilma construíram, com seus governos, um caminho para o Brasil sediar a Rio+20 e influenciar discussões que resultaram no Acordo de Paris

Com Jair Bolsonaro, o Brasil passou a ser visto como vilão ambiental do planeta, situação embaraçosa para quem já foi uma das nações mais respeitadas justamente por atuar como líder em políticas de preservação e conservação ambiental. O papel do governo Jair Bolsonaro na construção dessa imagem negativa do país aos olhos do mundo coloca por terra a liderança do Brasil na defesa do meio ambiente, posição conquistada junto à comunidade internacional nos últimos 30 anos.

É grave que isso aconteça porque Bolsonaro enterra o respeito adquirido pelo Brasil antes mesmo da realização da Rio

92, quando o país sediou pela primeira vez a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Os maiores avanços na agenda ambiental ocorreram, contudo, nos governos do PT, encabeçados por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Uma vitória diplomática e política que abriu espaço para o país se tornar uma das principais vozes na defesa ambiental perante outras nações.

Foi na ONU que Lula anunciou pela primeira vez, em 2007, que o Brasil estava disposto a sediar uma nova Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a fim de discutir soluções para os

efeitos das mudanças climáticas. "O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética. Os biocombustíveis são vitais para construí-la. Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se, nesses 30 últimos anos, a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera", discursou.

O país não ficou apenas nas promessas e nos discursos vazios. O Brasil foi o país que mais reduziu emissões de gases de efeito estufa - mais de 41% - entre 2005 e 2012, justamente entre o segundo governo de Lula e

ations Conference able Development

ro, Brazil - 20 - 22 June 2012



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



Roberto Stuckert Filho

o primeiro de Dilma. Foi a maior redução alcançada por qualquer país até aquele momento. A matriz energética limpa, o uso de biocombustíveis e a queda expressiva do desmatamento puseram o Brasil na liderança da economia de baixo carbono.

Em 2015, Dilma anunciou ao mundo, durante discurso na Assembleia Geral da ONU, que o Brasil contribuiria com 43% para redução das emissões de gases de efeito estufa até 2030. “Neste período, o Brasil pretende o fim do desmatamento ilegal; o reflorestamento de 12 milhões de hectares; a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; a integração de 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária-florestas”,

anunciou. “Em um mundo em que a participação das fontes renováveis de energia é de apenas 13% da matriz energética, pretendemos garantir o percentual de 45% de fontes renováveis na nossa matriz energética”.

Lula e Dilma foram diretamente responsáveis pela construção de políticas ambientais que permitiram interferir na agenda diplomática internacional e estabelecer o entendimento que resultou em avanços significativos para a humanidade, inclusive na criação do Acordo de Paris, em 2015. Foi isso que levou o Brasil a pleitear e conquistar o apoio de outras nações para sediar a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em

junho de 2012, no Rio de Janeiro.

O país já vinha acumulando êxitos a partir dos governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. E, por isso, o Brasil sediou a Cúpula da Terra, em 1992. Nessa ocasião, pela primeira vez, os países assinaram entendimento para buscar uma relação sustentável entre a humanidade e o planeta. De lá para cá, o risco de mudança do clima se agravou. Mas foi graças ao bom desempenho e respeito adquirido nos fóruns diplomáticos nas últimas três décadas que o Brasil ajudou a construir o Acordo de Paris, o entendimento de 195 nações para a redução de gases de efeito estufa, responsável pelo aquecimento global. •



Divulgação

RESPONSABILIDADE COM O MUNDO Os governadores do Nordeste reafirmam os princípios do Acordo de Paris, as contribuições determinadas do Brasil e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

COMPROMISSO E AÇÃO PELO CLIMA

Em carta endereçado aos líderes do mundo, governadores do Nordeste reafirmam responsabilidade histórica de seus mandatos para reduzir os impactos das mudanças climáticas e pelo cumprimento das metas nos acordos globais

Por Wellington Dias, Renan Calheiros Filho, Rui Costa, Camilo Santana, Flávio Dino, João Azevedo, Paulo Câmara, Fátima Bezerra e Belivaldo Chagas *

Nós, governadores dos nove Estados do Nordeste, afirmamos que a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental baseado na descarbonização da economia, conservação dos recursos e ambientes naturais e na adaptação às mudanças do clima é responsabilidade principal dos governos nas diferentes esferas, reafirmando, assim, os princípios do Acordo de Paris, as Contribuições Nacionalmente Determinadas do Bra-

sil e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Cientes da necessidade de que prefeituras, Estados e o governo federal atuem de maneira ágil e efetiva para evitar impactos climáticos catastróficos, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) se debruça sobre esse desafio comum com o propósito de impulsionar ações climáticas ambiciosas em sintonia com os compromissos já estabelecidos na

Carta dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente pelo Clima, lançada pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

Vale lembrar que o Brasil é signatário de acordos e convenções internacionais ligadas à biodiversidade e ao clima. Somos o país com maior potencial para liderar o desenvolvimento sustentável no mundo e de assumir compromissos de promover uma transição ecológica e solidária de larga duração. Por isso, nós,

governadores do Nordeste, reafirmamos nosso compromisso de adotar estratégias integradas e, por meio de soluções conjuntas, buscar alternativas de financiamento e parcerias a fim de efetivamente avançar. Manifestamos, aqui, nossos compromissos:

1. *Garantir a manutenção da cobertura vegetal atual da Mata Atlântica e Caatinga em nossos Estados e, também, do Cerrado baiano e da Amazônia maranhense, bem como de buscar a sua ampliação e de trabalhar pelo desmatamento ilegal zero em nossos biomas.*

2. Aumentar a área total e a qualidade do conjunto de áreas protegidas no Nordeste, buscando qualificar a gestão das Unidades de Conservação Estaduais e contribuir para a permanente formação dos agentes públicos diretamente envolvidos

3. *Desenvolver ações coordenadas e integradas entre os nove Estados nordestinos visando a restauração, manutenção e preservação da Caatinga e a crescente incorporação deste bioma às estratégias sustentáveis de desenvolvimento.*

4. *Trabalhar para a recuperação e restauração florestal prioritariamente nas Unidades de*

Conservação, nas áreas de preservação permanente e Reservas Legais visando à implantação de corredores ecológicos.

5. Efetivar mecanismos para o Pagamento por Serviços Ambientais e monetização dos ativos verdes.

6. *Ampliar os programas para o desenvolvimento da agricultura de baixo carbono.*

7. Promover análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (Car) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

8. *Avançar na ampliação do uso de energias renováveis, com foco nas matrizes eólica e solar, em combustíveis derivados de resíduos, de biomassa e na implantação de projetos de hidrogênio e de outras tecnologias inovadoras.*

9. Atuar na redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes de resíduos com ações que eliminem os lixões, diminuam a destinação de resíduos aos aterros sanitários e ampliem o aproveitamento energético deles.

10. *Considerar a necessária adaptação às mudanças climáticas em todos os programas governamentais, reconhecendo os impactos no ambiente costeiro*

e semiárido. Assim, definir estratégias para conter a erosão costeira, minimizar os efeitos das enchentes e evitar a ampliação dos fenômenos de desertificação.

11. Liderar ação articulada do Consórcio Nordeste com agentes multilaterais, setor privado e terceiro setor a fim de fortalecer as ações de combate às mudanças climáticas e implantar estratégias inovadoras de financiamento de políticas públicas.

Ao assumir tais compromissos, reafirmamos nosso engajamento com tais valores e políticas e, por isso, vimos tratando da criação do Fundo Ambiental do Nordeste, da viabilização do programa Plantando Resiliência Climática em Comunidades do Semiárido Nordestino e de estratégias de Monetização de Ativos Ambientais. Tais iniciativas demonstram que é possível o protagonismo dos Estados na ação climática, na redução de emissões de poluentes, no aumento da resiliência dos territórios, na geração de empregos sustentáveis e na melhoria da qualidade de vida da população. •

* Respectivamente, Presidente do Consórcio Nordeste e governador do Piauí, governadores de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

19 DE ABRIL, DIA DA RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS

Por Anne Moura

O Brasil tem atualmente 305 povos, com 274 línguas diferentes. A terra é mãe, os rios e toda a natureza são sagrados para os povos indígenas e têm seus encantados 'espíritos protetores'. A preservação da floresta é essen-

cial, é a vida dos povos indígenas e a garantia da sobrevivência do planeta.

É extremamente doloroso ver a pandemia do coronavírus que se espalha rapidamente e que já matou mais de 1 mil indígenas, decorrente da falta de um plano de governo que assista esses povos vulneráveis.

Os povos originários nunca foram prioridade. O país ainda tem uma grande população indígena, mas em vez de aprender com os nossos ancestrais,

repete os mesmo erros, roubando seus territórios, destruindo e matando em troca de minérios, madeira e da degradação do meio ambiente.

Até quando continuará esse massacre?

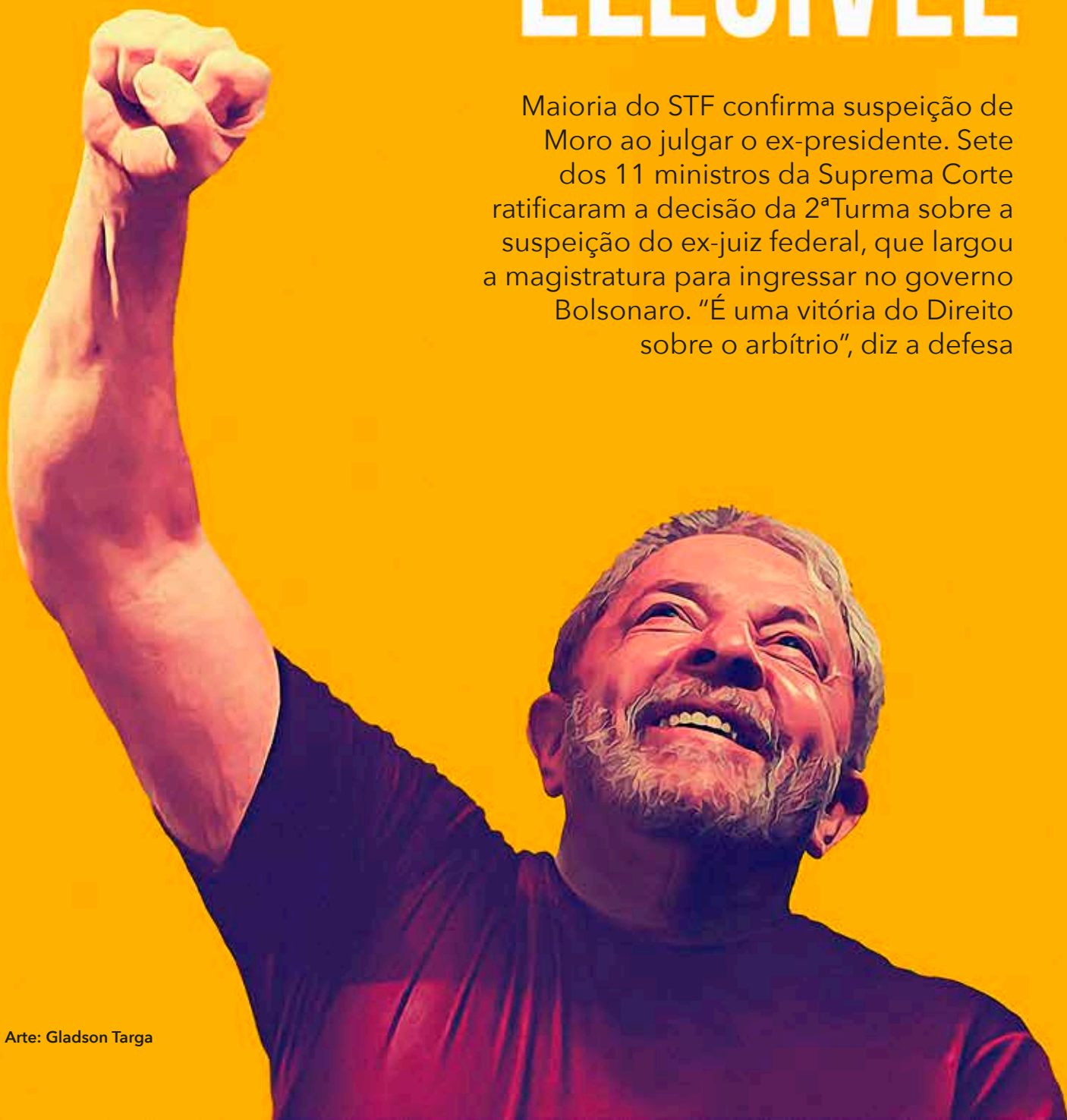
Os verdadeiros guardiões das florestas brasileiras são os povos indígenas.

A data de 19 de Abril é um dia para se refletir: "O que queremos para nosso futuro?"

Secretária Nacional de Mulheres do PT

LIVRE INOCENTE ELEGÍVEL

Maioria do STF confirma suspeição de Moro ao julgar o ex-presidente. Sete dos 11 ministros da Suprema Corte ratificaram a decisão da 2ª Turma sobre a suspeição do ex-juiz federal, que largou a magistratura para ingressar no governo Bolsonaro. "É uma vitória do Direito sobre o arbítrio", diz a defesa



A Justiça prevalece. A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, na quinta-feira, 22, a validade do julgamento da Segunda Turma que declarou o ex-juiz federal Sergio Moro suspeito ao julgar Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da operação Lava Jato. O julgamento ainda não foi concluído, mas sete dos 11 ministros deram votos favoráveis à decisão da turma. “É uma vitória do Direito sobre o arbítrio”, comemoraram, em nota, os advogados Cristiano Zanin e Valeska Martins. “É o restabelecimento do devido processo legal e da credibilidade do Judiciário no Brasil”.

Quando a sessão plenária da Suprema Corte foi encerrada, por conta do de vista do ministro Marco Aurélio Mello, a maioria já estava formada. O resultado confirmação o que Lula vem apontando desde 2016: a Lava Jato foi uma farsa jurídica, que agiu fora da lei e com fins políticos. Ou seja, Sérgio Moro não apenas não poderia ter julgado Lula, como confirmou o Supremo há uma semana, como é um juiz suspeito por atuar à margem da lei no caso do ex-presidente.

A decisão abre o caminho para Lula retomar sua trajetória como o maior líder político do Brasil nos últimos 40 anos. Dirigentes do PT comemoraram a decisão. “A maioria do STF fez justiça. Moro foi juiz suspeito, Lula é inocente das acusações e tem direitos políticos plenos. Valeram 5 anos de luta!”, celebrou a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR). “Que nunca mais o Judiciário volte a ser manipulado para perseguição política. Nunca mais uma eleição se decida pela cassação ilegal de um candidato”, completou.

Os advogados de Lula, Cristiano Zanin e Valeska Martins lembraram que a maioria do Supremo “reconheceu que o ex-juiz Sergio Moro quebrou a regra de ouro da jurisdição: agiu de forma parcial em relação ao ex-presidente Lula”. A imprensa estrangeira destacou, na sexta-feira, 23, que a decisão do Supremo é mais um golpe para a investigação de corrupção da Lava Jato. A agência

A MAIORIA DO SUPREMO FEZ JUSTIÇA. MORO FOI JUIZ SUSPEITO, LULA É INOCENTE DAS ACUSAÇÕES E TEM SEUS DIREITOS POLÍTICOS PLENOS

France Presse diz que o tribunal confirmou que Moro atuou de maneira suspeita em relação a Lula. “Está confirmada a anulação das condenações do ex-presidente brasileiro, tornando-o elegível para as próximas eleições presidenciais”, destacou.

Sete ministros confirmaram a decisão pela suspeição de Moro: Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Nunes Marques,

Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Roberto Barroso foram os únicos que votaram em favor de Moro. O presidente da Suprema Corte, Luiz Fux, ainda não votou, assim como Marco Aurélio, que pediu mais tempo para analisar o caso.

A suspeição de Moro já havia sido decidida pela Segunda Turma e, por isso, juristas e ministros do próprio Supremo apontaram que o plenário não poderia voltar a discuti-la. Venceu, no entanto, a tese de que o pleno deveria avaliar se o julgamento na turma seria válido, uma vez que Moro foi considerado incompetente para julgar Lula. O ministro Gilmar Mendes chamou a decisão de “subversão processual”.

“É honesto e leal lembrar que, em 2018, quando se iniciou o julgamento deste caso, eu propus que o habeas corpus fosse afetado ao plenário. E, por 3 votos a 2, a turma deliberou no sentido de manter o julgamento. Portanto, isso foi deliberado. Então, essa história toda, ‘ah, está trazendo para o plenário’, não fica bem”, comentou. “Uma subversão processual desta ordem não é decente, não é legal, como dizem os jovens. Esse tipo de manobra é um jogo de falsos experts. Isso não é bom”.

As críticas mais duras à atuação de Moro vieram no voto do ministro Ricardo Lewandowski, que iniciou sua fala rechaçando qualquer tentativa de colocar o rótulo de coniventes com a corrupção sobre os magistrados que combatem a conduta ilegal da Lava Jato. “O que temos de combater aqui são modus operandi, seja por parte do Ministério Público, seja por parte do Judiciário, que sejam incompatíveis com o Estado Democrático de Direito”, ressaltou. •



CINCO ANOS DO GOLPE. E O RESULTADO? CORTES BRUTAIS NO SOCIAL

Depois da saída de Dilma Rousseff da Presidência, sobram as ruínas das políticas sociais que marcaram a gestão do PT no governo federal. O professor Nelson Cardoso Amaral, da Universidade Federal de Goiás, faz um balanço da destruição promovida por Bolsonaro e Guedes: mais dinheiro para o sistema financeiro e as FFAA, enquanto corta recursos para educação, saúde, cultura, ciência e meio ambiente

O Brasil não tem o que celebrar, após os cinco anos do Golpe de Estado que interrompeu o mandato de Dilma Rousseff à Presidência da República. Para muito além dos desacertos institucionais que o Brasil vive, dos retrocessos no convívio político e na impostura de Jair Bolsonaro, o Golpe de 2016 resultou numa grande tragédia social.

A Emenda Constitucional 95, apresentada por Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, trouxe cortes significativos no orçamento da área social, mas era só o preâmbulo do apocalipse orçamentário aprofundado por Jair Bolsonaro sob a égide do neoliberalismo doentio do ministro Paulo Guedes. Agora, passados dois anos da extrema-direita no poder central, é possível antever os graves prejuízos sociais que o país acumula.

Um levantamento do professor Nelson Cardoso Amaral, mestre em física e doutor em educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), publicado no início de abril no site [A Terra é Redonda](#), dá a dimensão dos amplos cortes promovidos por Bolsonaro em áreas vitais, como educação, saúde, cultura, meio ambiente, ciência

NAVALHADA. OS CORTES NO ORÇAMENTO: 28,5% NA EDUCAÇÃO, 57% NA CIÊNCIA, 21,6% NA SAÚDE E 90,2% NA CULTURA

e tecnologia. E também como o governo federal está desembolsando mais para manter o refinanciamento da dívida e assegurando amplos recursos para a única área poupada dos cortes: a defesa nacional.

Amaral mostra que o governo restringiu de maneira criminosa as despesas com as 69 universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, bem como as 38 instituições e dois centros federais de educação tecnológica (CEFETs). A faca de Guedes foi bru-

tal na educação. Houve um corte de 28,5% nos recursos para o ensino, no Orçamento da União entre 2014 - último ano do governo Dilma - e 2020, sob a batuta do governo Bolsonaro.

A ciência sofreu pesadas represálias da equipe econômica e sentiu a navalha cortando os fundos nacionais de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além das verbas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O levantamento do professor Nelson Cardoso Amaral mostra que a redução de recursos ultrapassa 57%, entre 2014 e 2021. "Foram aplicados valores em torno de R\$ 12 bilhões em 2014. E, em 2021, a previsão é de que sejam aplicados R\$ 5 bilhões. É uma queda de R\$ 6,7 bilhões. Isto representa uma redução de 57,1% nos recursos financeiros aplicados nesta função", aponta.

"Com Michel Temer houve um recrudescimento dos ideais liberais e houve a implantação de um novo regime fiscal com a aprovação da EC 95, que congelou as despesas primárias - pagamento de salários, água, luz,

Jornal Opção

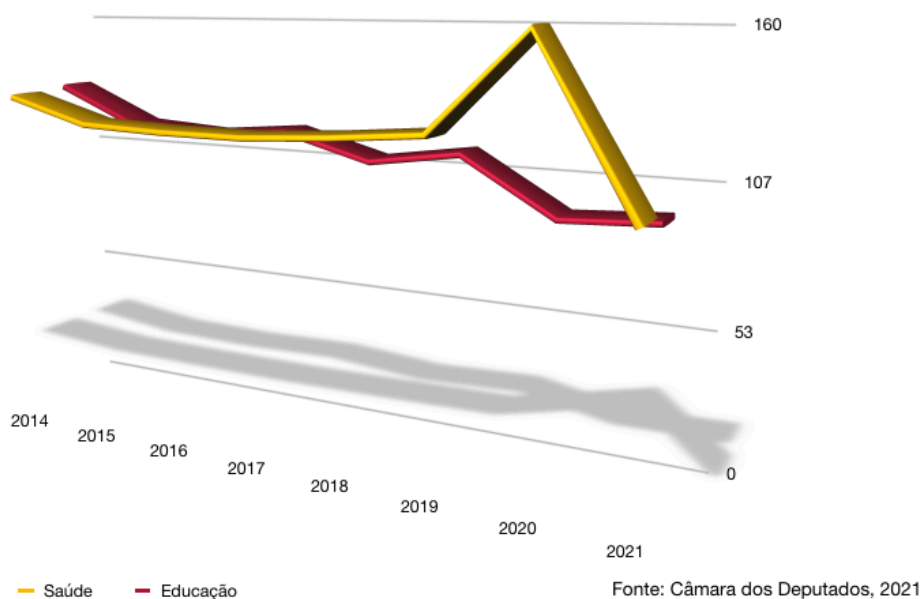
TRAGÉDIA EM NÚMEROS

O professor Nelson Cardoso Amaral, mestre em física e doutor em educação, fez um levantamento e mostra a profundidade dos cortes promovidos pelo governo no Orçamento da União, de 2014 para cá: 28,5,1% na educação; 21,6% na saúde; 90,2% na cultura; 90% no meio ambiente e 57,1% na ciência e tecnologia



Recursos financeiros para saúde e educação

Valores corrigidos para 2021 pelo IPCA – em R\$ bilhões



internet, vigilância, limpeza, terceirizados, aquisição de material de consumo, realizar construções, adquirir equipamentos e mobiliários - por 20 anos”, lembra o professor. “Com Jair Bolsonaro foi estabelecido como objetivo principal do governo a desconstrução do que foi realizado desde a aprovação da Constituição Federal de 1988”, denuncia.

Este objetivo está expresso no programa de governo - O Caminho da Prosperidade. “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações com o gramscismo se uniu à oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira”, justifica o programa. Amaral lembra que o próprio Bolsonaro anunciou a desconstrução das políticas sociais como objetivo político. “Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa para depois começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz”, disse o presidente ainda em 2019.

Os recursos associados à saúde também mostram o desapare-

ço do governo Bolsonaro para a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) em plena pandemia. Apesar do salto ocorrido em 2020 com a liberação extra de recursos para a saúde - graças ao esforço do PT e outros partidos de oposição no Congresso Nacional - o gesto não

A EMENDA 95 ESTABELECEU LIMITES DE GASTOS PARA A ÁREA SOCIAL, MAS NÃO PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA OU PARA A DEFESA

irá se repetir em 2021. Em 2014, o Orçamento da União previa repasses de R\$ 130 bilhões para a saúde. Para este ano, o governo vai destinar pouco mais de R\$ 100 bilhões. Significa dizer que, em plena segunda onda da pandemia do Covid-19, o governo federal vai investir menos do que Dilma em seu último ano do primeiro mandato.

“O ano de 2020 se comportou de forma atípica pela liberação de recursos especiais para o atendimento à pandemia causada pelo coronavírus”, aponta Amaral. “A queda dos valores de 2014 para 2021 são da ordem de R\$ 28,7 bilhões, o que representa um corte de 21,6% em 2021, em relação a 2014”, compara.

Inimigo dos artistas e da cultura, Bolsonaro também demonstrou na prática como trata na política o país que deu ao mundo a bossa nova, o tropicalismo, a poesia moderna, o teatro de Cacilda Becker e Nelson Rodrigues, a literatura de Guimarães Rosa e Jorge Amado. Na cultura, houve uma queda drástica dos recursos destinados pelo governo nos últimos seis anos.

Com Dilma, o governo assegurou, em 2014, R\$ 2,5 bilhões para as políticas públicas setoriais na cultura. Em 2019, os valores chegaram a R\$ 200 milhões. A redução foi brutal neste período: R\$ 2,3 bilhões foram cortados. “Isso significou uma queda de 90,2% nos valores de 2020 em relação a 2014”, aponta o professor da UFG, que ressalta que houve uma recuperação na proposta orçamentária para 2020. “O dinheiro saltou para R\$ 703,0 milhões”, pontua. “Mas o valor é ainda muito distante daquele de 2014”.

Na área ambiental, o pouco apreço de Bolsonaro e do ministro Ricardo Salles pela defesa das florestas, da biodiversidade e do patrimônio verde do Brasil se ex-

SONHO DE CHICAGO

Paulo Guedes está cumprindo à risca a cartilha neoliberal, da qual é adepto e devoto: reduzir o Estado, as despesas na área social e manter intocados os compromissos com a manutenção do pagamento da dívida pública



pressa nos números. Os recursos para a área ambiental sofreram uma abrupta queda: de quase R\$ 10 bilhões – reservados por Dilma – para R\$ 1 bilhão que o governo Bolsonaro prevê investir em políticas de preservação ambiental em 2021.

Ao tempo em que cortou de maneira brutal na área social, a dupla Bolsonaro e Guedes não se esqueceu de beneficiar o sistema financeiro. Não é à toa que, ape-

sar do fracasso na gestão da pandemia, da recessão brutal que o Brasil atravessa e o aumento da desigualdade e da pobreza, os ricos vão muito bem. Isso é percebido claramente no levantamento feito pelo professor Nelson Cardoso Amaral.

Em 2014, o refinanciamento da dívida girou na ordem de R\$ 800 bilhões, caindo para R\$ 500 bilhões em 2019 – primeiro ano do governo Bolsona-

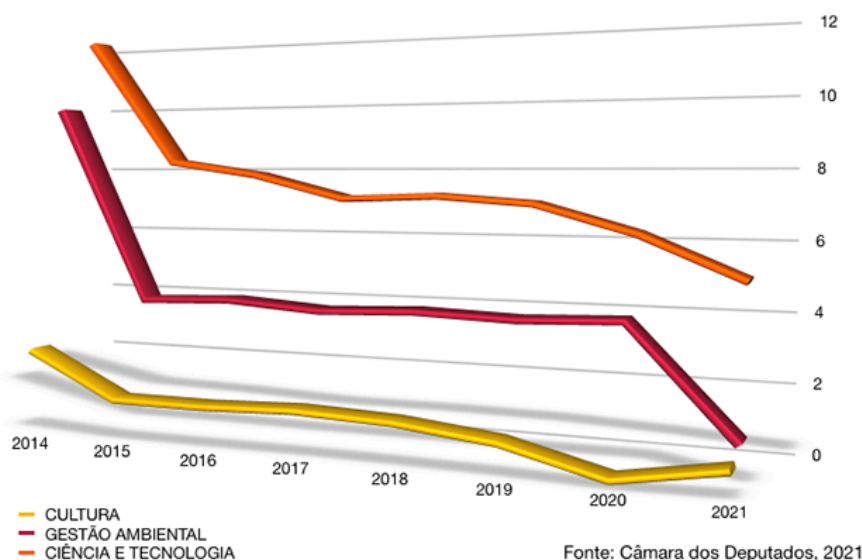
ro. Mas, daí em diante, a reversão das expectativas da banca é inversamente proporcional aos cortes promovidos na área social. “Há um grande crescimento com essas despesas em 2020 e 2021. A previsão é atingir valores superiores a R\$ 1,1 trilhão”.

Também há um incremento no orçamento federal para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida. Se em 2014 a previsão era de R\$ 400 bilhões, cinco anos depois do golpe houve um aumento. A previsão de gastos em 2020 com essa despesa saltou para R\$ 650 bilhões. E, apesar de o governo prever uma queda este ano, o patamar continua elevado: R\$ 500 bilhões serão destinados pelo governo para o pagamento da dívida.

“Uma análise acoplada desses dois gráficos nos leva a concluir que a queda na necessidade de refinanciamento, de 2014 a 2019 se deu por um maior pagamento de juros, encargos e amortização da dívida nesse mesmo período”, aponta o professor da Universidade Federal de Goiás. “A elevação do refinanciamento da dívida se deve a dois fatores principais:

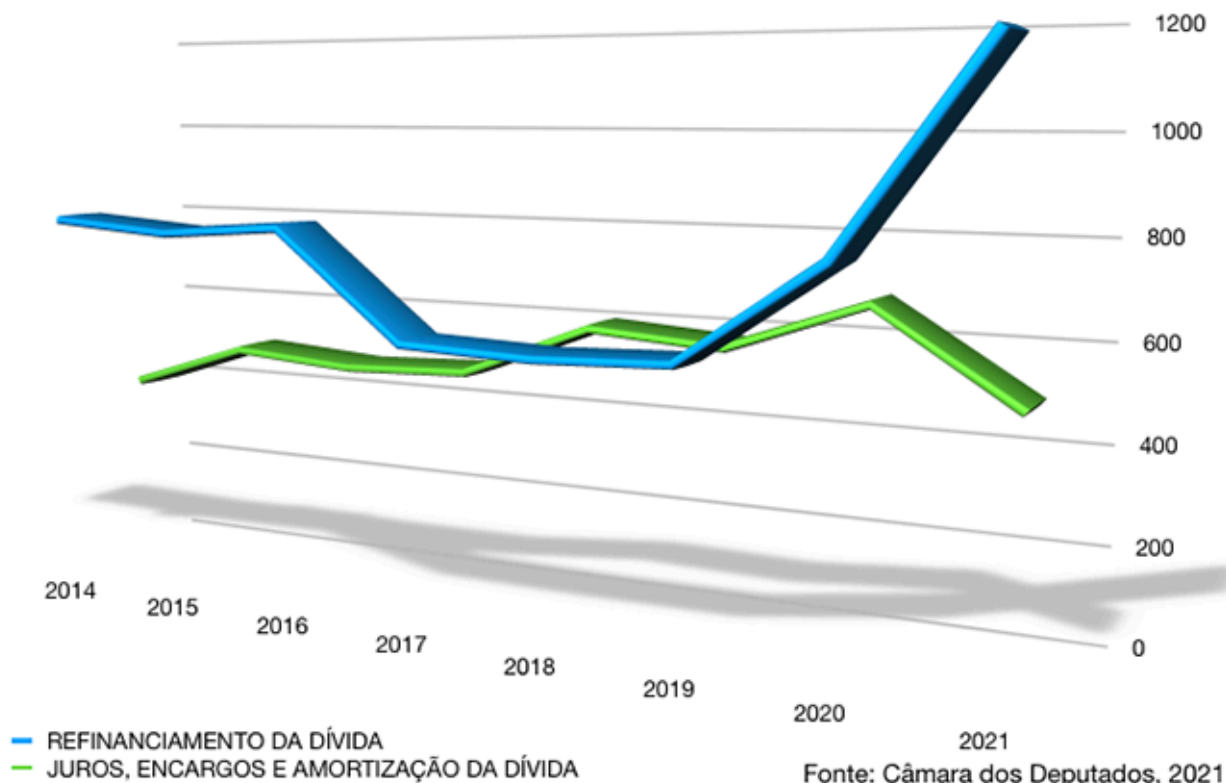
Recursos financeiros para cultura, meio ambiente e ciência e tecnologia

Valores corrigidos para 2021 pelo IPCA – em R\$ bilhões



Recursos financeiros para refinanciamento da dívida; e juros, encargos e amortização

Valores corrigidos para 2021 pelo IPCA – em R\$ bilhões



1) endividamento devido aos elevados recursos vinculados à pandemia; e 2) o aumento da dívida pública para o pagamento de parte das despesas primárias do governo federal pela quebra da chamada regra de ouro”, explica,

A quebra de regra de ouro ocorre quando o governo tem que emitir títulos além dos valores associados às despesas classificadas como investimento. Neste caso o Congresso Nacional é responsável por autorizar a emissão de títulos da dívida para o pagamento das despesas primárias do governo federal.

“A comparação dos perfis desses dois gráficos com os anteriores – sempre com drásticas quedas – sinaliza que o setor financeiro é uma prioridade nesse período”, conclui o professor. “Isso reflete o conteúdo da Emenda Constitucional 95 que congelou por 20 anos as despe-

sas primárias e não estabeleceu nenhum limite para as despesas vinculadas a esse setor”.

O outro setor que se beneficiou da guinada promovida pelo Golpe de 2016 mostra porque o nível de adesão ao governo dos militares se mantém alto. O levantamento do professor Nelson Cardoso Amaral mostra que, de 2015 a 2019, houve um aumento de R\$ 37,6 bilhões nos recursos associados à função Defesa Nacional no Orçamento da União. Apesar de ter ocorrido uma queda em 2020 e 2021, tal redução ainda significará uma elevação de R\$ 25 bilhões em relação ao valor de 2015, o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff. “Também neste caso, da Defesa Nacional, percebe-se um perfil completamente oposto ao das funções discutidas anteriormente, o que nos leva a afirmar que a Defesa Nacional foi

considerada prioritária, frente à educação, saúde, cultura, gestão ambiental e ciência e tecnologia”, destaca o professor.

Resumo da ópera: Bolsonaro e Guedes tiram recursos do povo no Orçamento da União para privilegiar os ricos que ganham dinheiro com a rolagem da dívida e se beneficiam dos altos juros bancários. O outro grupo social que também é beneficiado pela política fiscal do governo Bolsonaro são os militares. Para manter os oficiais das Forças Armadas satisfeitos, o Palácio do Planalto e o Ministério da Economia não apenas pouparam os projetos de Defesa Nacional dos cortes impostos a outras áreas no Orçamento da União. Nos últimos anos, apesar da crise e da recessão, que aflige os quase 15 milhões de desempregados, o governo ampliou o volume de verbas para o setor em detrimento da área social. •

PT ASSEGURA RECURSOS PARA O SUS, EMPRESAS E EMPREGOS

Emenda do senador Rogério Carvalho à Lei 14.143 permite a retomada dos programas de crédito a pequenos negócios e para a manutenção de emprego e renda. “A nossa emenda surge como um farol e traz renda ao povo brasileiro”, diz

Uma iniciativa do PT ajudou a desarmar parte da bomba fiscal que o governo Bolsonaro criou. Uma proposta de emenda do senador Rogério Carvalho (PT-SE) permitiu ao Congresso mudar a meta de resultado primário de 2021, assegurando recursos escassos do Orçamento para reforçar o Sistema Único de Saúde e restabelecer o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Sancionada na quarta-feira, 21 a Lei 14.143 espaço no Orçamento da União de 2021 para a abertura de novos créditos extraordinários destinados ao combate à pandemia. A iniciativa reduz o impacto brutal do contingenciamento imposto pelo governo à proposta orçamentária. “Agora será possível realizar gasto adicional com saúde, sustentação do emprego (redução de jornada com comple-

mentação do governo) e crédito para micro e pequenas empresas”, elogiou o economista Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda.

“A nossa emenda surge como um farol e traz renda ao povo brasileiro”, reconhece o senador Rogério Carvalho. “Vamos preservar empregos, sem demissões, ajudar micro e pequenas empresas e destinar mais recursos para a saúde”. A emenda do parlamentar mudou a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dispensa o Executivo de indicar de onde vai tirar o dinheiro para cobrir algumas despesas discricionárias - não obrigatórias.

Pelo texto, serão excluídos da meta de resultado primário as despesas com o Pronampe e com o BEM. Créditos extraordinários com ações e serviços públicos de saúde que sejam especificamente voltados para o enfrentamento à crise sanitária também não serão computados. “Restrições fiscais artificiais não podem impedir o combate à pandemia, sob pena de agravamento do quadro sanitário

e econômico”, lembra. A estimativa é que R\$ 50 bilhões dos gastos extras com saúde e os programas de crédito e estímulo ao emprego devem ficar de fora das regras fiscais. “Não é suficiente. Precisamos de muito mais. Para a segurança do Brasil, precisamos de um programa de verdade”, ressaltou.

“Não foi a primeira vez que o PT salvou o Brasil das bombas fiscais de Temer e Bolsonaro”, lembra Barbosa. Em 2020, enquanto autoridades diziam que a Covid seria resolvida com gasto adicional de apenas R\$ 5 bilhões, o PT e demais partidos da oposição conseguiram que o Congresso aprovasse auxílio emergencial, ajuda para micro e pequenas empresas, destinaram dinheiro para o programa de sustentação de emprego, reforçaram a saúde e ajudaram estados e municípios. “O aumento de gasto evitou o aprofundamento da recessão e contribuiu para que o déficit fiscal e a dívida pública subissem menos”, explica o ex-ministro. •

Alessandro Dantas



CONSERTANDO O ESTRAGO

Proposta do senador Rogério Carvalho, a emenda tirou do contingenciamento do Orçamento cerca de R\$ 40 bilhões que vão reforçar o SUS, assegurar verba para o programa de ajuda a pequenas e microempresas, além de permitir reforçar as medidas para garantir empregos.

A stylized, high-contrast portrait of Dilma Rousseff, the former President of Brazil. The image is composed of dark brown and black shapes for her hair and face, with a bright red shape at the bottom representing her clothing. The background is a light blue and white gradient.

MISOGINIA E MANIPULAÇÃO DA MÍDIA BRASILEIRA

Para contar o Golpe de 2016, é preciso lembrar como atuaram os grupos de comunicação oligopolistas e os métodos usados para a construção do impeachment. A misoginia só visa as mulheres que se desviam de padrões dominantes, a começar pela norma segundo a qual aos homens é que cabe o exercício do poder

Por Dilma Rousseff *

No Brasil, vários recursos são usados para desqualificar e interditar lideranças políticas que não são tratadas como adversários, mas como inimigos que devem ser destruídos, em especial aqueles contrários à agenda neoliberal e ao conservadorismo de direita.

As “fake news” e outras diferentes formas de manipulação midiática tornaram-se uma das maneiras de disseminar ódio, violência e todas as formas de preconceito, um instrumento por excelência de ataque nessa época de grande domínio das redes sociais. Neste contexto, a misoginia na sociedade, nas instituições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, na cobertura da ação dos governos e na atividade parlamentar.

No pleito municipal de 2020, vivemos uma perseguição sistemática a candidatas a prefeitas e vereadoras e, em 2016, o foco foi construir as condições para o Golpe de Estado. O país assistiu a uma das formas empregadas pelo aparato midiático dos grandes grupos de comunicação com objetivo de influenciar, controlar, distorcer e, enfim, dominar a visão da sociedade sobre mim e o meu governo, propiciando a ruptura institucional do Golpe de 2016, com o suporte específico da misoginia.

Esta mídia – *Estadão*, *Globo* e *Folha* – agiu deliberadamente, por meio da manipulação de informações, para tentar impedir a quarta vitória presidencial consecutiva do PT, em 2014. Buscou desestabilizar o gover-

no que havia sido reeleito. Fez de tudo para sustentar a farsa jurídica e política que levou a um golpe de Estado disfarçado de impeachment. E atuou para minar a imagem do PT junto ao povo brasileiro e a reputação de Lula como maior líder popular da história. Foi assim que interditaram sua candidatura à Presidência em 2018. Tudo para

A MÍDIA FEZ DE TUDO PARA SUSTENTAR A FARSA POLÍTICA E JURÍDICA QUE LEVOU A UM GOLPE DE ESTADO DISFARÇADO DE IMPEACHMENT

reconduzir ao poder o neoliberalismo, eleger Bolsonaro e dar suporte a um neofascista desqualificado.

Neste processo, a liderança incontestada foi empalmada pelas Organizações Globo, com seus jornais, rádios e emissoras de tevê e com ampla e incondicional cumplicidade ativa das demais grandes empresas de comunicação. Todas pertencentes, em regime de oligopólio, à meia dúzia de famílias bilioná-

rias que sempre se beneficiaram dos regimes que ajudaram a erguer e sustentar.

Não houve conceito jornalístico, norma ética e princípio civilizatório que a imprensa não tenha atropelado com o objetivo de provocar a retirada do PT do poder. Houve uma tentativa, até aqui fracassada, de destruir o partido. Nenhuma artimanha foi estranha à mídia, que apelou a todos os recursos: mentiras, falsificações, facciosismo, inversão dos fatos, pressão sobre autoridades e instituições, teorias da conspiração, preconceitos de classe e, especificamente no meu caso, escancarada misoginia. Predominou, sempre, a manipulação para iludir o público e induzi-lo a erro de avaliação.

Isto se deu pela manipulação – de conteúdo, gramatical e de ênfases – em centenas de manchetes e editoriais de jornais e revistas, invariavelmente com a intenção de provocar no público emoções e sentimentos negativos contra mim e Lula. Notas, reportagens, manchetes, fotos e capas indisfarçavelmente misóginas, foram publicadas para impor os grilhões do patriarcado à primeira mulher presidenta do Brasil.

É fato que a circulação, o número de assinantes e a audiência dos jornais impressos no Brasil vêm caindo significativamente ao longo da última década. Tornaram-se menos relevantes, mas não perderam a capacidade de repercussão. As manchetes e as principais notícias dos jornais impressos são transcritas, citadas, comentadas e ampliadas em todas as mídias: nas versões eletrônicas do próprio jornal, nas rádios, na internet e, de forma mais impactante, nos telejornais.

Pesquisadores que estudam o tema da manipulação midiática identificam com precisão este processo na imprensa brasileira. Um deles é Teun Adrianus van Dijk, linguista renomado por sua contribuição ao campo da “análise do discurso”, autor de um trabalho denominado “Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff”. Ele mostra que a manipulação se deu pela insistência de apresentar suspeitas como fatos, sem as ressalvas que se deve fazer a acusações não julgadas. O autor lembra que o Grupo Globo “reagiu furiosamente à denúncia de que o impeachment era Golpe”, o que foi defendido e, até hoje é, por uma parte da população, por juristas independentes e pela imprensa estrangeira.

Segundo o estudo, a principal estratégia de manipulação da Globo foi a demonização e a deslegitimação minha e de Lula, condições cruciais para o impeachment e o bloqueio da candidatura do ex-presidente nas eleições de 2018. Van Dijk conclui: “uma análise das manchetes e editoriais do Grupo Globo mostrou que o jornal manipulou

O GLOBO MANIPULOU OS LEITORES, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICOS PARA PROMOVER E LEGITIMAR UM GOLPE COMO IMPEACHMENT

sistematicamente seus leitores, opinião pública e políticos para promover e legitimar um golpe como impeachment constitucional de Dilma Rousseff”.

E continua: “Fez isso não apenas por jornais diários e editoriais sobre a suposta conduta criminosa de Dilma, Lula e do PT, mas também por diversas

estratégias discursivas, como apresentar as denúncias como fatos, celebrar e legitimar o juiz anti-PT Sérgio Moro, cobertura populista de manifestações (...) e ataque à acusação de que o impeachment foi na verdade um golpe político”. Para Dijk, o Grupo Globo tornou-se “porta-voz de uma conspiração ideológica da oligarquia conservadora para retornar ao poder político após 13 anos, confirmando e dando continuidade ao seu poder econômico”.

A linguista Letícia Sallorenzo é autora de livro, a partir de sua tese de mestrado - “Gramática da Manipulação” - no qual corrobora a conclusão de que a imprensa exerceu forte manipulação política, não apenas durante o processo do golpe, mas antes dele, já na campanha eleitoral de 2014. Ela analisou 340 manchetes e títulos do *Globo* e da *Folha* publicados nas quatro semanas finais da campanha do segundo turno, e identificou também forte conteúdo misógeno na escolha das palavras e na sintaxe dos títulos.

Nos 340 títulos não havia nenhum que pudesse ser considerado desfavorável a Aécio ou

Lula Marques

CELEBRAÇÃO

A grande imprensa nativa, oligopolista - com *O Globo* à frente - apresentou denúncias como fatos, celebrou e legitimou o ex-juiz Sérgio Moro. Isso permitiu criar as condições para o impeachment fraudulento resultando num Golpe de Estado





Roberto Stuckert Filho

ATAQUES INCESSANTES Dilma resistiu aos golpes de adversários, mas também da mídia, que chegou a escrever que ela deveria renunciar para não enfrentar o Senado, durante o impeachment. “Desobedeci e encarei meus algozes, porque entendia que estava no lado certo da história e tinha o dever de defender minhas posições”, lembra

que o diminuísse. Quando os títulos relatavam alguma crítica feita por mim a adversários, a forma gramatical mais usada era “Dilma ataca”, jamais “Dilma critica”. Aécio, por sua vez, nunca era identificado em títulos com o verbo atacar. O tratamento diferenciado caracteriza misoginia disfarçada, para induzir o leitor. Atacar é um verbo agressivo, desumanizado, indica ação típica de quem perde o controle. Para os misóginos, coisa de mulher. Já criticar, verbo destinado a Aécio nos títulos, pressupõe raciocínio e equilíbrio. Coisa de homem.

E, no entanto, contra o desejo de parte da grande imprensa, eu venci a eleição. Mas *O Globo* e a *Folha* não se deram por vencidos. Nas 72 horas após o resultado das urnas, publicaram oito manchetes em que eu era identificada como “derrotada”. Isto porque a Câmara vetara projeto do meu governo apresentado meses antes da eleição, no qual se regulamentava a participação da sociedade civil por meio dos Conselhos Populares.

Dois daqueles títulos foram: “Câmara impõe primeira derro-

ta a Dilma após a reeleição” e “Congresso ameaça impor mais derrotas a Dilma no plenário”. A versão é que os homens que presidiam o Legislativo mostraram seu poder e “colocam contra a parede” uma mulher, mais uma vez, apontada como vulnerável. A manipulação era tão grosseira que o projeto não foi votado em definitivo até hoje. O que importava era apenas a sensação transmitida ao leitor, a construção de um ambiente de hostilidade e a imposição da misoginia.

Na conclusão de sua tese de mestrado, Letícia afirma que houve clara manipulação ideológica nas manchetes: “Os jornais construíram uma narrativa na qual Aécio era o bom moço, capaz, preparado, ponderado, e Dilma era uma mulher desequilibrada e passional, que atacava por desespero e que, mesmo vitoriosa na eleição, foi sucessivamente ‘derrotada’ por manchetes inócuas e com pouco ou quase nenhum conteúdo jornalístico factual”.

A professora de Estudos Linguísticos Perla Haydée da Silva escreveu tese de doutorado em

que analisou 3 mil comentários direcionados a mim na página oficial do Movimento Brasil Livre (MBL), grupo de extrema direita que no processo de impeachment teve suas manifestações políticas legitimadas, toleradas e acolhidas pela Globo e os demais veículos.

Segundo a pesquisadora, os ataques pessoais giravam em torno de expressões insultuosas como “louca, burra, prostituta e nojenta”, e frases do tipo ‘Dilma, vai pra casa’, ‘Vai lavar roupa’, ‘Vai vender Jequití’. “Sempre associando a imagem da mulher a um espaço doméstico, como se ela não fosse capaz de estar em um cargo de poder ou de mando. Ela é para esse espaço e o homem que ocupe o espaço público”, aponta Haydée.

A conspiração que levou ao golpe sempre dependeu de manipulação de informações pela mídia e de um componente misógino que era acolhido sem questionamento. A rigor, não é exagero dizer que o processo golpista teve início no exato instante - 20h27m53s do dia 26 de outubro de 2014. Foi

quando a GloboNews anunciou oficialmente a minha vitória na eleição.

Minutos depois, a bancada de jornalistas da emissora já discutia a possibilidade de um impeachment. Dois dias antes da eleição, Merval Pereira, que fazia parte da bancada da GloboNews, já havia escrito em sua coluna no *Globo*, com base em matéria mentirosa da *Veja*, que antecipou sua edição em 72 horas para reagir às pesquisas que mostravam minha ascensão: "O impeachment da presidente será inevitável, caso ela seja reeleita no domingo".

Antes de o processo chegar ao Senado, a imprensa defendeu a minha renúncia. A *Folha* publicou editorial em primeira página cobrando que eu renunciasse, antes mesmo de a Câmara dos Deputados votar a autorização para o processo de impeachment. Claro que eu não renunciei. Se o fizesse, estaria me submetendo ao que os golpistas queriam e estaria desonrando a minha história pessoal.

Em seguida, a imprensa passou a defender a tese de que eu não deveria ir pessoalmente ao Senado para me defender, no dia da votação do impeachment. Isso porque seria confrontada e hostilizada pelos senadores da oposição, sobretudo a maioria formada por homens. De novo estava evidente a misoginia, o menosprezo e o machismo de quem entende que uma mulher não pode ter força para enfrentar situação tão difícil. E de novo fiz o que a vida me ensinou: desobedecei e encarei meus algozes de frente, porque entendia que estava no lado certo da história e tinha o dever de defender minhas posições.

Desfechado o golpe, a foto oficial do ministério nomeado por Michel Temer, é praticamente um retrato da ordem misógina: um numeroso grupo de ho-

mens, não por acaso, também, todos brancos e nenhum deles jovem, sucedendo o governo de uma mulher, num período em que houvera crescido a participação feminina na política, em postos de poder e em direitos. Claramente, o tablado em que se exibiam era o pódio da vitória do patriarcado neoliberal.

Segundo o jurista Lucas Correia de Lima, que escreveu a respeito da cena, a misoginia, o repúdio à mulher e a exclusão de gênero estiveram na origem e no

NO DIA EM QUE FUI REELEITA, EM 26 DE OUTUBRO, A GLOBONEWS DISCUTIA A TESE DO MEU IMPEACHMENT, MINUTOS DEPOIS DO RESULTADO

desenvolvimento do processo de perturbação política e institucional que levaram ao golpe e, seria possível acrescentar, nos conduz ainda hoje ao colapso do Brasil como Nação civilizada. Para ele, o impeachment é tão carente de justificativa jurídica quanto é farto de ódio misógino.

Tal ressentimento já havia sido copiosamente exibido na infame sessão plenária da Câmara que deu andamento ao impeachment. Em 16 de abril de 2016,

em meio a tantas manifestações grosseiras e abjetas, um deputado do baixo claro cometeu a ignomínia de prestar homenagem ao homem que, segundo ele, foi o meu "terror" porque teria me torturado durante a minha prisão na ditadura.

O deputado não foi punido por isto e nem rechaçado pela mídia com a devida severidade. Pelo contrário, dois anos depois, saltou do papel de defensor de torturador em plenário para presidente da República. Foi eleito sob o obsequioso apoio, explícito ou implícito, da imprensa. Não pelo que ele era, pois todos o sabiam, mas pelo que representava: uma aposta do mercado e do neoliberalismo.

São da mesma época do golpe duas capas que escancaram a campanha misógina contra uma presidenta eleita que a mídia queria derrubar. Uma foto publicada no *Estadão*, na cerimônia de lançamento da pira olímpica, exhibe uma sobreposição de imagens que cria a ilusão de ótica segundo a qual a minha cabeça estaria em meio a chamas. A imagem fazia lembrar, aos mais atentos, a condenação a que eram submetidas, na Idade Média, as mulheres acusadas de bruxaria por afrontar os dogmas e a servidão feminina impostos por um mundo em que apenas os homens, da aristocracia e do clero, mandavam e tinham direitos.

A outra capa foi da revista *Isis*. Ali, nem era preciso recorrer a analogias históricas para perceber a forte agressão misógina. A revista inventou, da foto de capa à última linha de texto, a acusação de que eu havia me tornado emocionalmente desequilibrada. A imagem da capa era uma fraude para sustentar o insulto: uma foto em que eu gritava, de fato, comemorando em um gol da seleção brasileira e, cortada

em close no meu rosto, fazia com que parecesse uma reação de descontrole em outro ambiente.

A misoginia e, em muitos casos, o machismo truculento contra mim nunca receberam da imprensa a devida repreensão. Com raríssimas exceções, nem das mulheres jornalistas. Aliás, um dos autores da reportagem falsa da IstoÉ era uma repórter.

A filósofa australiana Kate Manne, dedicada à pesquisa no campo do feminismo e da moral, facilita a identificação de atitudes misóginas nas relações sociais, no seu livro mais conhecido - *Down Girl: The Logic of Misogyny*. Ela define a misoginia como uma dimensão específica da ordem social ainda amplamente patriarcal, exercida por homens que agem como uma espécie de "polícia", cuja função é punir, reprimir e suprimir as violações às normas do patriarcado.

Segundo Kate Manne, "quando uma mulher se aventura a entrar no território historicamente reservado aos homens, sofrerá reações mais prováveis de ressentimento, indignação e hostilidade, devido à misoginia que tanto os homens como as mulheres podem demonstrar. Vários seguirão tentando colocá-la de volta em seu lugar, usando estratégias como desencorajar, ridicularizar, humilhar, desacreditar ou mesmo aludir a sua sexualidade - em suma, para silenciá-la".

A misoginia não foi por si só o único instrumento ou a única dimensão de um golpe de estado como o que aconteceu no Brasil em 2016. Serviu aos golpistas e foi usada pela mídia para construir um ambiente de rejeição à primeira mulher presidenta da República. Contra Lula a mesma imprensa, em nome das mesmas elites, lançou mão de outros tipos de preconceito: como um operário de origem pobre, que não frequentava os salões da burguesia e se sentia à vontade no chão de fábrica poderia suceder um intelectual tido como refinado e governar bem o Brasil?

Tanto o operário como a mulher comandaram um dos períodos de prosperidade e inclusão de nossa história. A rigor não foram perseguidos apenas porque eram operário e mulher, mas porque repeliram o neoliberalismo e governaram para os trabalhadores, os pobres e os vulneráveis. Esse foi o nosso grande e imperdoável crime.

Lutemos contra a misoginia, o neoliberalismo e pela democracia. •

O ESTADO DE S. PAULO

Quarta-feira, 14 de maio de 2014 R\$ 4,00 (inclui 10% de IPTU) estado.com.br

Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação para mais 30

• Ex-presidente é acusado de tramocar compra do silêncio de ex-diretor da Petrobras • Detenção de Delcídio Amador serviu como base para denúncia • STF decidirá se petista virará réu • Janot vê indícios para pedir inquérito também contra Dilma e Isolda Terner

Procurador-Geral da República de São Paulo denunciou o ex-presidente Lula ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) por ter tramado a compra do silêncio de um ex-diretor da Petrobras, Delcídio Amador, bilionário da Lava Jato. O STJ decidiu que o relatório não pode ser usado para acusar Lula. Lula tentou, a PGR ainda não decidiu se aceita ou não o relatório. A PGR ainda não decidiu se aceita ou não o relatório. A PGR ainda não decidiu se aceita ou não o relatório.

PLAZAR DO EMPREENHIMENTO

50% de crescimento em 2014

PSDB deve ficar com Cidades, AGU e Itamaraty

O PSDB deve ocupar o Ministério das Cidades e Itamaraty e o deputado Bragança Ornelas, segundo o plano de governo de Dilma Rousseff. O ministro Henrique de Moraes deve ir para a Advocacia-Geral da União, o ministro da Justiça é o senador Paulo Sérgio Passos e o ministro da Saúde é o senador Paulo Sérgio Passos.

Partidos vão ao STF contra Cunha

A Rede pediu ao STF o afastamento de Eduardo Cunha e a renúncia de seu cargo. O PT, o PSB, o PPS e o PP também pediram a renúncia de Cunha.

Fogo olímpico

Dilma Rousseff está a caminho de ser eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Ela será eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Ela será eleita a primeira mulher presidente do Brasil.

Castro? 200 milhões de dólares

Estudantes de Etecs ocupam Assembleia para exigir CPI

Projeto leva ao fim do bloqueio do WhatsApp

Dilma deixa 'bomba fiscal' de R\$ 10 bi

'Estado' agora pode ser burocrático

FIM DE FEIRA
NO VALE-TUDO PARA SE MANTER NO PODER, DILMA DISTRIBUI R\$ 50 BILHÕES E MAIS DE 600 CARGOS

A GRIPE QUE MATA
COMO SE PROTEGER DO VIRUS H1N1, QUE SE ALASTRA PELO PAÍS

ISTOÉ

AS EXPLOSIONES NERVOSAS DA PRESIDENTE

Em surtos de descontrole, com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País.

MANIPULAÇÃO A mídia corporativa investiu pesado na construção de uma imagem negativa de Dilma, "queimada viva" perante a opinião pública brasileira



Ricardo Stuckert

SOLIDARIEDADE O ex-presidente Lula foi à sede do Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo para participar da campanha de arrecadação de alimentos. “A fome não é um fenômeno da natureza”

PT ARRECADA MAIS DE 100 TONELADAS DE ALIMENTOS

Com participação de Lula, a campanha PT Solidário mobilizou o país para arrecadar comida e amenizar a fome de quem mais precisa. A campanha continua com nova entrega de alimentos marcada para o 1º de Maio

Em um único dia, a campanha PT Solidário arrecadou mais de 100 toneladas de alimentos em todo o país. A ação permanente vai ajudar milhões de brasileiros que passam fome. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da mobilização no sábado, em São Bernardo do Campo (SP). “A fome não é um fenômeno da natureza”, lembrou.

A mobilização pela coleta de alimentos é uma ação complementar da luta do Partido dos Trabalhadores pela retomada do auxílio emergencial de R\$ 600 e por mais empregos. De acordo com os organizadores da campanha, “a fome não espera”. E, dian-

te disso, é preciso buscar maneiras de amenizar as dificuldades do povo.

A fome havia sido superada em 2013 pelo Brasil, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) retirou o país do Mapa da Fome, graças à política nacional de segurança alimentar implementada em 2003 pelo presidente Lula.

Desde o Golpe de 2016, com a derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República, a fome voltou a ser um problema crônico e se agravou com a ascensão de Jair Bolsonaro. De acordo com pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan),

mais de 116,8 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar.

O contingente representa mais da metade da população brasileira. A maioria do povo não se alimenta como deveria, com qualidade e em quantidade suficiente. Pior. Desses 116 milhões, cerca de 43 milhões – 1 em cada 5 brasileiros – não contavam com alimentos em quantidade suficiente. E nada menos que 19 milhões de brasileiros – o equivalente a 9% da população – está passando fome. É maior taxa desde 2004.

A presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR), também se somou à ação solidária lançada pelo partido. Ela participou também no sábado da ação com a militância na Associação Recreativa do Cruzeiro (ARUC), em Brasília. A arrecadação de alimentos resultou ainda numa feijoada solidária. “Queremos renda emergencial de \$600. Enquanto não vem, precisamos estar juntos com os movimentos que ajudam o povo a passar por essa crise”, comentou.

O movimento PT Solidário envolve militantes, dirigentes nacionais, estaduais e municipais do partido. A campanha segue em frente e a próxima distribuição de alimentos está agendada para 1º de maio. O resultado da primeira etapa já mostrou o compromisso dos militantes da legenda.

“Foi muito bonita a participação da nossa militância na ação do PT solidário. Agradeço aos companheiros e companheiras por essa participação”, agradeceu Gleisi. “Nossa luta política é por trabalho, emprego, renda, mas diante do desastre que assola o Brasil com Bolsonaro, estaremos integrados na grande rede de solidariedade nacional para ajudar o povo a atravessar essa crise. Quem tem fome não pode esperar”.

União

Com pontos de coletas espalhados em todos os estados do Brasil, a união da militância resultou em toneladas de alimentos a serem distribuídas às famílias mais vulneráveis do país. Para Camila Moreno, coordenadora nacional da campanha, a arrecadação teve desempenho impressionante.

“O primeiro dia de distribuição de alimentos da campanha PT Solidário foi um sucesso total, com ações em centenas de cidades no país e mais de cem toneladas de comida coletadas”, disse. “Nossa militância é de fato incrível. Vamos atravessar esse momento difícil com muita generosidade para vencer o ódio que se instalou no nosso país com muita solidariedade nos corações e mentes, pra vencer o neofascismo, o neoliberalismo e a fome!”

Para o secretário nacional de Comunicação do PT, Jilmar Tatto, a militância mostrou que está em sintonia com o povo. “São gestos como esses que mostram a grandeza do nosso partido. Quem tem fome, tem pressa. Parabéns pelo envolvimento de todas e de todos no PT solidário”, comemorou.

Em Minas Gerais, com 71 cidades envolvidas, foram arrecadadas 41 toneladas de cestas básicas. “Nossa militância abraçou a campanha e a cada dia mais cidades no estado estão aderindo. Já foram várias toneladas de alimentos coletados e doados em poucos dias. Vamos ampliar ainda mais a campanha e ajudar no enfrentamento à fome em nosso estado”, disse Cristiano Silveira, presidente do PT de Minas.

A Campanha PT Solidário continua por tempo indeterminado. “PT Solidário não é só um dia, nem só uma campanha. É até ninguém mais passar fome”, destaca Joaquim Soriano, secretário Nacional de Relações Institucionais do PT. •

Divulgação



SHOW O cantor e compositor Chico César é presença confirmada no 1º de Maio convocado pelas centrais sindicais e transmitido pelo YouTube. Evento contará com a presença dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff

1º DE MAIO: A LUTA É PELA VIDA. E POR EMPREGO E VACINA A TODOS


Pelo segundo ano consecutivo, as centrais sindicais farão o ato do Dia Internacional do Trabalhador em formato virtual. No momento em que o Brasil atinge quase 400 mil mortos por Covid-19, o tema do 1º de Maio é Pela Vida: Democracia, Emprego e Vacina para Todos. CUT, Força, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, Intersindical e Pública farão o 1º de Maio Unitário das centrais sindicais em live transmitida, a partir das 14h, pela TVT, a TV do Trabalhadores, além dos canais no Youtube e redes sociais do movimento sindical.

O diferencial deste ano será a presença dos presidentes das centrais em estúdio, de onde farão os discursos. O programa será ancorado pela cantora, compositora e apresentadora Ellen Oléria, que comanda o Estação Plural, na TV Brasil. Também no estúdio, a atriz, cantora e multi-instrumentista paraibana Lucy Alves fará a apresentação artística que encerrará o 1º

de Maio Unitário das Centrais Sindicais.

O ato tem previsão de três horas de duração com falas dos dirigentes sindicais das nove centrais. Os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, além de parlamentares e líderes partidários e de movimentos sociais, bem como de entidades sindicais internacionais e representantes de diferentes religiões, participarão do 1º de Maio.

Nacional e diverso, o ato terá a presença do youtuber Spartacus ao professor e filósofo Sílvio Almeida. As falas de líderes sindicais, políticos e sociais serão intercaladas por apresentações e depoimentos de artistas sobre o tema. Elza Soares, Chico César, Tereza Cristina, Delacruz, Johnny Hooker, Marcelo Jeneci, Odair José, Aíla, Bia Ferreira e Doralyce, Fábio Assunção, Osmar Prado, entre outros estarão na live do 1M2021. •



UM NOVO CAMINHO PARA A AUTO GESTÃO DO TRABALHO

Surgem as plataformas controladas pelos próprios trabalhadores. São experimentos contra o uso abusivo de aplicativos na relação de trabalho

Arte: Fozie

Por Rafael Grohmann *

A crescente dependência de plataformas digitais para conseguir trabalhar chegou para ficar. A chamada plataformação do trabalho tem como destaques atuais entregadores e motoristas. Mas já dá provas que se espalha para todas as atividades de trabalho - professor, designer, encanador ou profissional de saúde - em distintas plataformas, inclusive as que dependem de trabalhadores para treinar inteligências artificiais. Esse fenômeno é a radicalização de processos já existentes, envolvendo trabalhadores sob demanda, gerenciamento algorítmico, financeirização, vigilância e extração de dados de trabalhadores.

Contudo, esse cenário não é inevitável. As diversas manifestações de descontentamento de trabalhadores platformizados durante a pandemia evidenciam a necessidade de construção de alternativas. Além de propostas

de regulação de plataformas e desafios para sindicatos e partidos, há a emergência de iniciativas autogestionárias a partir do chamado cooperativismo de plataforma.

A expressão simboliza a união das potencialidades tecnológicas digitais com a força da organização cooperativista. Algo como: e se motoristas e entregadores possuísem suas próprias plataformas? De cinco anos para cá, diversas plataformas têm surgido pelo mundo, em áreas como fotografia, música, arte, entrega de comida, trabalho doméstico, atividades freelancers diversas, entre outras.

Embora o "cooperativismo de plataforma" seja um nome atraente, propomos a ampliação dessa ideia para outros arranjos jurídicos e institucionais que não somente cooperativas. Mas, por exemplo, coletivos. Desde que bebam dos mesmos princípios, como democracia no ambiente de trabalho. São as plataformas

controladas por trabalhadores. Isso é para enfatizar que não existe um modelo pronto.

A noção de plataforma digital, ao contrário do que muita gente pensa, não é somente tecnológica. Envolve questões como governança, propriedade, organização do trabalho, política e modelos econômicos, além das próprias infraestruturas tecnológicas. Desta forma, as plataformas controladas por trabalhadores são atravessadas por múltiplas dimensões, sendo a questão tecnológica o resultado de um processo. Caso contrário, incorremos em um fetichismo tecnológico, com o risco de a plataforma tornar-se um elefante branco.

De forma realista, as plataformas controladas por trabalhadores não vão substituir as grandes plataformas - elas têm muito lobby e poder financeiro. Mas têm capacidade de serem experimentos prefigurativos, verdadeiros laboratórios, cons-

truindo novos circuitos locais de produção e consumo. Por isso a importância de apostar nas plataformas de trabalhadores como políticas públicas. Destacamos três dimensões: trabalho decente, articulação com outras áreas (intercooperação) e a construção de tecnologias alternativas.

As críticas históricas em relação ao cooperativismo envolvem as possibilidades de serem cooptadas por práticas empresariais convencionais e o risco de auto exploração das pessoas trabalhadoras. Por isso, é necessário que as plataformas de trabalhadores já nasçam sob a égide do trabalho decente. Lutar por trabalho decente em plataformas envolve: salário mínimo, condições de trabalho adequadas que proporcionem saúde e rede de segurança, contratos claros e acessíveis, processo de gestão que garanta equidade entre trabalhadores e combata desigualdades – como raça e gênero – na plataforma, algoritmos que não prejudiquem trabalhadores, e que, de fato, eles tenham voz.

Além desses princípios, a autogestão pressupõe que, também por conta do trabalho para a plataforma, haja um trabalho de cuidado coletivo. Isto é, a saúde – física e mental – de trabalhadores é uma responsabilidade coletiva. Afinal, podemos adoecer nos mais diferentes arranjos institucionais. Essa multidimensionalidade reforça que não basta criar um aplicativo para construir uma plataforma de trabalhadores.

Além disso, a intercooperação é um princípio fundamental para as plataformas controladas por trabalhadores. Não é necessário que uma iniciativa dessas tenha escala, como 30 mil trabalhadores, por exemplo. Aliás, no Brasil, a maioria das startups – que adoram falar em escalabilidade da economia digital – não tem mais que cinco trabalhadores.

O segredo está em como as plataformas de trabalhadores podem se conectar com outras áreas. Imagine uma cooperativa ou um coletivo de entregadores. Eles se juntarão a outras iniciativas autogestionárias de programadores, agricultores, além de relações com pequenos restaurantes. Desta forma, podem promover um circuito de produção e consumo aliando trabalho decente, sustentabilidade e alimentação saudável.

HÁ QUE SE LUTAR POR TRABALHO DECENTE: SALÁRIO MÍNIMO, CONDIÇÕES DE TRABALHO, REDE DE SEGURANÇA E CONTRATOS CLAROS

Por exemplo, a cooperativa de entregadores Resto.Paris, a partir de financiamento da prefeitura da cidade, articulou-se com a federação CoopCycle – que construiu software para iniciativas desse tipo – e com um selo de alimentação saudável, sendo uma importante política pública para fazer girar a economia local.

Por fim, o papel das tecnologias, embora não seja o único fator envolvido, deve ser considerado. O design e os algoritmos das plataformas de propriedade

de trabalhadores devem considerá-los no centro. Já é muito sabido como algoritmos e outras tecnologias podem reproduzir desigualdades históricas (de classe, raça, gênero, sexualidade), agora automatizadas. Por exemplo, carros autônomos construídos por grandes empresas de tecnologia tendem a atropelar mais pessoas negras do que brancas porque não as reconhecem como pessoas!

Quais serão os valores utilizados na construção das tecnologias de propriedade de trabalhadores? A justiça social, pois, deve estar presente ao projetar tais plataformas digitais. As políticas de dados também são um elemento central nesse processo, visto que a extração de dados tem sido uma nova forma de rentismo, ampliando o nosso colonialismo digital. Já há, por exemplo, cooperativas de dados, em que trabalhadores coletam dados deles mesmos em suas atividades para as grandes empresas de tecnologias, e depois revendem para órgãos públicos, de modo que o setor público não sofra de dependência de tais conglomerados tecnológicos. Isso significa pensar as infraestruturas digitais das plataformas controladas por trabalhadores, a partir de tecnologias livres e dados para o bem comum.

Desta forma, as plataformas controladas por trabalhadores, enquanto experimentos na luta contra a platformização do trabalho dominante, podem ser um potente projeto de retomada de um país soberano em questões de tecnologias, dados, organização do trabalho e igualdade. Vamos construir! •

Professor do Mestrado e Doutorado em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e coordenador do Laboratório de Pesquisa DigiLabour

ERA UMA VEZ... ...UM PAÍS DO FUTURO



Chegou a vez da barbárie. Isso vai passar, mas deixa um longo e infausto caminho a percorrer, para recuperar a dignidade, a decência e a civilização

Por Rogério Cezar de Cerqueira Leite *

Tudo passa, diz o poeta, mas há um longo e infausto caminho a percorrer.

Era uma vez um Ulysses Guimarães, chegou a vez de um Davi Alcolumbre, de um Arthur Lira. Era uma vez um estadista, Oswaldo Aranha, chegou a vez do terraplanista Ernesto Araújo.

Era uma vez um empreendedor, Antônio Ermírio de Moraes, chegou a vez dos mascates Luciano Hang e Carlos Wizard.

Era uma vez um general de quatro estrelas, Ernesto Geisel, chegou a vez de um capitão Bolsonaro –imaginem só, um Bolsonaro.

Era uma vez um criador de estrelas, Antonio Candido, chegou a vez de um parteiro de energúmenos, Olavo de Carvalho.

Era uma vez uma protetora dos matos e dos passarinhos, Marina Silva, chegou a vez de um exterminador de borboletas, Ricardo Salles.

Era uma vez um empreendedor, Roberto Simonsen, chegou a vez de um politiqueiro, Paulo Skaf.

Era uma vez um programa de educação que criou 17 universidades com 31 campi, um programa de ensino profissional, outro de acesso financiado ao ensino superior e, enfim, um quarto de ensino fundamental, mas chegou a vez de armar o brasileiro, seis armas para cada cidadão, uma garrucha de cada lado da cintura, uma espingarda em cada ombro e uma metralhadora nas mãos –além, obviamente, de facões, sabres, espadas e um osso no nariz de cada um. Quanto mais covarde o cida-

dão, lembrem-se, de mais armas ele precisa.

Era uma vez um Plínio Sampaio, chegou a vez de um Flávio Bolsonaro.

Era uma vez um dom Paulo Evaristo Arns e seu rebanho de justicheiros, chegou a vez de um bispo, Edir Macedo, e seus US\$ 2 bilhões. Era uma vez um Florestan Fernan-

ERA UMA VEZ UM DOS MAIS AVANÇADOS SISTEMAS DE SAÚDE DO MUNDO, O SUS. CHEGOU A VEZ DO “MIMIMI”, DE UMA “GRIPEZINHA” ...

des, chegou a vez de um Carlos Bolsonaro.

Era uma vez um defensor dos injustiçados, o advogado Sobral Pinto, que recusou uma cadeira no Supremo Tribunal Federal para que não pensassem que assumiria por ter defendido Juscelino Kubitschek, então presidente. Chegou a vez de um fascistoide ávido

de palanque e de poder, Sergio Moro, que desavergonhadamente engoliu todos os ultrajes para chegar à Suprema Corte.

Era uma vez um Teotônio Vilela, chegou a vez de um Eduardo Bolsonaro, montando um porco.

Era uma vez um dos mais avançados sistemas de saúde do mundo, o SUS. Chegou a vez do “mimimi”, de uma “gripezinha” que já matou mais de 360 mil brasileiros e até outro dia estava sob a batuta de um coveiro, o general Eduardo Pazuello.

Era uma vez o movimento Diretas já. Chegou a vez das “rachadinhas”, das milícias, da mentira venal, do gabinete do ódio, das fake news palacianas, do elogio a torturadores.

Era uma vez um economista, Celso Furtado, chegou a vez de um especulador, Paulo Guedes.

Era uma vez uma guerreira, Maria da Conceição Tavares, chegou a vez de uma sirigaita que, do galho de uma goiabeira, distribui bônus gratuitos: Damares Alves.

Era uma vez um educador, Anísio Teixeira, chegou a vez de um psicopata, Abraham Weintraub.

Era uma vez um gentil, Betinho, que iluminou o Brasil inteiro com seu sofrimento. Chegou a vez de Fabrício Queiroz, que regou os bolsos da família Bolsonaro.

Era uma vez um país do futuro, chegou a vez da barbárie. Mas tudo passa, diz o poeta. Sim, tudo passa, mas deixa um longo e infausto caminho a percorrer, um longo caminho para recuperar a dignidade, a decência, a civilização.

* Físico, professor emérito da Unicamp, é presidente de honra do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais

BOLSONARO TROUXE DE VOLTA A FOME E A MISÉRIA

Com o descaso e o negacionismo no combate à Covid-19, o ingrediente da morte foi adicionado na desumana fórmula neoliberal de Bolsonaro e Guedes

Por Elvino Bohn Gass *

Dos muitos crimes do capitão Jair Bolsonaro, o mais grave é a omissão absoluta de seu governo diante do aumento da fome. Mais de 100 milhões de pessoas, hoje, no Brasil, não têm acesso a uma alimentação decente. O número de miseráveis triplicou nos últimos seis meses, de 9 milhões para 27 milhões de pessoas.

Desde o Fome Zero, do saudoso Herbert de Souza, o Betinho, no início do governo Lula, em 2003, travou-se uma luta incessante contra a falta de comida. No governo Dilma veio o resultado: o Brasil saiu do Mapa da Fome Mundial.

Mas, com o golpe de 2016, Michel Temer iniciou a trajetória de retrocessos que Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, aprofundaram. Reduziram os programas de renda mínima e abandonaram políticas públicas vitais como a de compras públicas para pessoas vulneráveis e alimentação escolar.

Tudo isso ao lado de uma política econômica elitista que privilegia o grande capital, em especial o estrangeiro, com cortes de direitos trabalhistas e previdenciários. Achataram o salário mínimo. Deixaram explodir os preços dos alimentos, do gás e dos combustíveis. Há quase 15



Divulgação

HÁ QUASE 15 MILHÕES DE DESEMPREGADOS NO PAÍS, 32 MILHÕES DE SUBEMPREGADOS E UMA CLASSE MÉDIA CADA VEZ MAIS EMPOBRECIDA

milhões de desempregados, 32 milhões de subempregados e uma classe média cada vez mais empobrecida.

Com o descaso e o negacionismo no combate à Covid-19, o ingrediente morte foi adicionado

na desumana fórmula neoliberal de Bolsonaro/Guedes. Desalento e desesperança são as marcas do atual governo.

Para denunciar e lutar contra esse quadro sombrio, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e parlamentares mobilizaram-se em 20 de abril, o Dia Nacional de Luta e Conscientização contra a Fome, por auxílio emergencial de R\$ 600,00 até o fim da pandemia, vacina para todos e, claro, impeachment já do genocida Bolsonaro.

Neste cenário desalentador, a boa notícia para o povo brasileiro é que se começa a fazer justiça a Lula, que foi perseguido pela antipatriótica Lava Jato e agora teve sua inocência confirmada pelo Supremo Tribunal Federal e restabelecidos seus direitos políticos. Em 2003, no discurso de posse, Lula disse: "Se, ao final de meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão da minha vida".

Lula realizou a missão. E esta talvez seja, hoje, a maior razão para que o povo queira sua volta ao governo, conforme apontam diferentes pesquisas: garantir que todo o povo brasileiro tenha o que comer.

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores